

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

LUCAS ANDRÉ AJALA SORGATO

CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E DESIGUALDADE FINANCEIRA
REGIONAL: O CASO DO NORDESTE BRASILEIRO

SCIENTIA AD SAPIENTIAM

MACEIÓ – 2011

LUCAS ANDRÉ AJALA SORGATO

CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E DESIGUALDADE FINANCEIRA
REGIONAL: O CASO DO NORDESTE BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

MACEIÓ – 2011

Universidade Federal de Alagoas
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Programa de Pós-Graduação em Economia

“Concentração bancária e desigualdade financeira regional: o caso do Nordeste Brasileiro”

LUCAS ANDRÉ AJALA SORGATO

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 12 de agosto de 2011.

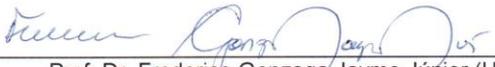
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Reynaldo Rubem Ferreira Júnior (FEAC-UFAL)
(Orientador)



Prof. Dr. Francisco José Peixoto Rosário (FEAC-UFAL)
(Examinador Interno)



Prof. Dr. Frederico Gonzaga Jayme Júnior (UFMG)
(Examinador Externo)

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- S713c Sorgato, Lucas André Ajala.
Concentração bancária e desigualdade financeira regional : o caso do Nordeste brasileiro / Lucas André Ajala Sorgato. – 2011.
82 f. : tabs.
- Orientador: Reynaldo Rubem Ferreira Junior.
Dissertação (mestrado em Economia) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Economia. Maceió, 2011.
- Bibliografia: f. 74-78.
Apêndices: f. 79-82.
1. Brasil, Nordeste – Desigualdade regional. 2. Desenvolvimento econômico.
3. Concentração bancária. 4. Vazamento de depósitos. 5. Pós-Keynesianos. I. Título.

CDU: 339.562/.564(812/813)

Dedico este trabalho aos meus pais pelo apoio incondicional em todos os momentos neste curso. Agradeço o amor que eles têm para comigo, a integridade de caráter, a honradez, a paciência e a cooperação apresentadas em toda minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, início e razão de tudo, e pela missão que me foi confiada.

A Universidade Federal de Alagoas pela oportunidade de realizar esse curso de pós-graduação.

Ao meu orientador, professor Dr. Reynaldo Rubem Ferreira Junior, pela confiança, atenção, apoio e amizade, por vezes demonstrando o carinho que um pai tem para com um filho. Obrigado por todos os ensinamentos, fundamentais na construção e conclusão de mais uma etapa da minha vida.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade que me proporcionou o apoio necessário. Aos colegas e amigos que fizeram desse trabalho algo menos solitário e mais compartilhado.

Aos professores Cícero Péricles, Maria Cecília Lustosa, Francisco Rosário, Fábio Guedes e Márcio Porangaba por mostrarem que a economia não é apenas matemática e sim um conjunto de pensamentos e teorias. Possuo por estes a minha mais alta estima e sincera admiração.

À professora Dr^a. Luciana Peixoto Santa Rita por sempre me conceder seu apoio durante os momentos difíceis, tanto na graduação, pós-graduação como na minha vida profissional, tornando-se não apenas uma ex-coordenadora de estágio, mas sim uma amiga.

A minha namorada, Camila Nunes Carvalho, por toda paciência, apoio, respeito e amor demonstrados para com minha pessoa durante nosso namoro. Agradeço sua dedicação e compreensão em todos os momentos, alguns nem sempre tão fáceis.

Aos meus amigos da “Grande Família” Ewerton Diogo (Mamão), Jonathan Gonçalves (Txombathan), Aderval Carvalho (Mestre), Wagner (Jeca), Diego Lopes (Bush), Leandro Carvalho (Souto), Fernando Simões e Lucas Lyra (Luquinhas) pelos vários momentos de descontração vividos durante nossos longos anos de amizade.

Um agradecimento especial para meu amigo Lauro Lyra (Shermans) pela minuciosa revisão gramatical feita nesta dissertação, muitas vezes se utilizando de exemplos um tanto quanto não-convencionais para tais correções.

Aos meus amigos do curso de graduação e pós-graduação em especial para André Luiz, Thiago Ferreira, Leonildo Oliveira, Anderson Henrique, Michele Nunes e Carlos

Fabiano pelos incontáveis momentos de descontração nas escadarias da FEAC e pelas inúmeras horas de estudos dedicadas na conclusão deste curso. Tenho a certeza de que muitas destas amizades permanecerão ativas por vários anos.

Um agradecimento particular para meu amigo Jarpa Aramis, o qual passou horas me aturando em momentos difíceis no mestrado e se tornou um grande amigo para toda minha vida.

Aos meus pais, Vilmar e Fátima Sorgato, com os quais aprendi minhas primeiras lições de vida e a quem devo o aprendizado constante e apoio incondicional.

Ao meu irmão, João Paulo Ajala Sorgato, pela sabedoria e inteligência que possui sempre as usando para me orientar pelo melhores caminhos.

Aos técnicos administrativos da FEAC, os quais sempre foram dispostos a ajudar, seja agilizando viagens, computadores, documentos ou mesmo um simples copo com água.

A todos aqueles que estiveram envolvidos com a minha formação acadêmica e humana desde o início de minha vida até o atual momento. Muito obrigado!

“A dificuldade não está nas novas ideias, mas em escapar das velhas, que se enraízam por todos os cantos de nossa mente.”

(John Maynard Keynes)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é explicar por que a concentração do sistema bancário no país favorece o vazamento de depósitos e a desigualdade financeira em nível regional, tomando como estudo de caso a região Nordeste, tendo como referencial teórico a abordagem pós-keynesiana de economia regional. O processo de concentração bancária brasileira ganha força a partir da criação do Plano Real, em 1994, com a estabilização monetária. Os dados coletados na dissertação demonstram que tal aglomeração bancária ocorreu na região mais desenvolvida, que é o sudeste brasileiro, em detrimento das demais. O *approach* pós-keynesiano, por sua vez, explica este fenômeno por meio da estratégia dos bancos que tendem a gerar maiores volumes de empréstimos nas regiões onde possuem melhores informações, traduzidos em menor incerteza, riscos e preferência pela liquidez. Desta forma, as regiões menos dinâmicas e economicamente instáveis sofrem com a insuficiência da oferta de crédito, o que pode contribuir para o reforço das desigualdades regionais no país. Por meio de levantamento de dados junto ao Banco Central do Brasil acerca das operações de crédito, dos depósitos, da quantidade de agências e das estimativas das preferências pela liquidez do público e dos bancos no Nordeste e nas demais regiões brasileiras, avaliadas neste trabalho, buscou-se aferir o vazamento dos depósitos e evidenciar as desigualdades financeiras presentes nestas economias. Como resultado, a hipótese validada, a partir da metodologia desenvolvida pela agenda de pesquisa pós-keynesiana, foi a de que o aumento da preferência pela liquidez dos bancos em localidades periféricas, como à região Nordeste, favorece estratégias de transferência de depósitos que, em sistemas bancários concentrados, se traduzem em maior oferta de crédito nas regiões desenvolvidas como o Sudeste, o que explica o vazamento de depósitos.

Palavras-Chave: Concentração Bancária; Pós-keynesiano; Vazamento de Depósitos; Desigualdades Regionais.

ABSTRACT

The aim of this paper is to explain why the concentration of the banking in the country favors the leakage of deposits and inequality financial regional level, taking as case study region Northeast, having as theoretical approach to post-Keynesian regional economy. The process of banking concentration Brazilian wins strength from the creation of the Real Plan in 1994, with stabilization currency. Data collected in this study show that agglomeration bank occurred in most developed region, which is southeast of Brazil, at the expense of others. The post-Keynesian approach, in turn, explains this phenomenon through the strategy of banks that tend to generate higher volumes of loans in areas where they do better information, which translates into less uncertainty, and risk preference liquidity. Thus, the economically less dynamic regions and unstable suffer from insufficient supply of credit, which can be contributing to strengthening regional inequalities in the country. Thus, using survey data from the Central Bank of Brazil about the loans, deposits, number of agencies and estimates of public preferences for liquidity and banks' Northeast and in other Brazilian regions, carried out in this article, sought to measure the leakage of deposits and to highlight the inequalities financial gifts in these economies. As a result, the hypothesis validated using the methodology developed by the research agenda post-Keynesian, was that the increase in liquidity preference of banks in outlying regions like the Northeast favors strategies transfer of deposits that in concentrated banking systems, if translate into greater supply of credit in developed regions such as Southeast, which accounts for the leakage of deposits.

Key-Words: Concentration Banking; Post-Keynesian; Leak Deposits; Regional Inequalities

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	PIB nordestino e brasileiro a preços mercado, variação anual e participação do nordeste no PIB nacional, 1995-2008.....	23
Tabela 02	PIB per capita regional, 1995-2008 (R\$ de 2000, mil).....	23
Tabela 03	Índice de Gini no Brasil e Regiões.....	24
Tabela 04	Percentual de Analfabetos nas regiões brasileiras com 15 anos ou mais.....	25
Tabela 05	Média dos anos de estudos completados por pessoas com 25 anos ou mais nas regiões brasileiras, 1995 -2007.....	26
Tabela 06	População residente total em anos selecionados.....	26
Tabela 07	Evolução do quantitativo de pessoas pobres no Brasil e Regiões.....	27
Tabela 08	Programa Bolsa Família no Nordeste, 2004 – 2010.....	28
Tabela 09	Quantitativo de bancos pela estrutura de capital.....	46
Tabela 10	Participação percentual dos bancos pela estrutura de capital.....	47
Tabela 11	Percentual de municípios desassistidos por agências bancárias por região.....	58
Tabela 12	Índice de concentração de crédito por Região.....	59
Tabela 13	Créditos concedidos no Nordeste (em R\$ milhões) - 2004 a 2010.....	60
Tabela 14	Participação das regiões no volume de crédito concedido nacionalmente e participação dos bancos públicos e privados na concessão de crédito regional.....	61
Tabela 15	Participação das regiões no volume de depósito concedido nacionalmente e participação dos bancos públicos e privados na concessão de crédito regional.....	62
Tabela 16	Preferência pela liquidez do público (PLP) nas regiões brasileiras.....	64
Tabela 17	Preferência pela liquidez dos bancos (PLB) nas regiões brasileiras.....	65
Tabela 18	Preferência por liquidez dos bancos públicos e privados por região.....	66

Tabela 19	Índices de Vazamento de Depósito 1994-2010.....	68
Tabela 20	Fluxos de vazamento de depósitos do Nordeste brasileiro (em R\$ milhões).....	69
Tabela 21	Matriz de Correlação entre Vazamento de depósitos, PLB e PLP para o Nordeste brasileiro, 1994-2010	70
Tabela 22	Resultados obtidos para dados empilhados, painel com efeitos aleatórios e com efeitos fixos no período de 2001 a 2010.....	71

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 01	Relação entre oferta e demanda regional, preferência por liquidez e desenvolvimento bancário.....	36
Gráfico 01	Participação percentual dos 5, 10 e 20 maiores bancos e Caixa Econômica Federal nos ativos totais do segmento bancário entre 1996 e 2009.....	48
Gráfico 02	Distribuição das agências bancárias por regiões.....	57

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
OMS	Organização Mundial da Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROEF	Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais
PROES	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TDE	Teoria do Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A ECONOMIA NORDESTINA NO CONTEXTO REGIONAL BRASILEIRO PÓS-PLANO REAL	19
2.1 Preâmbulo da Economia Nordestina em uma Perspectiva Histórica.....	19
2.2 A Economia do Nordeste Pós-Plano Real.....	21
3 MOEDA, CRÉDITO E DESIGUALDADE FINANCEIRA REGIONAL	29
3.1 Crédito e Bancos no Desenvolvimento Econômico	30
3.2 A Abordagem Pós-Keynesiana de Desigualdade Financeira Regional: Preferência Por Liquidez e Vazamento de Depósitos.	33
3.3 Concentração Bancária e Desigualdade Financeira Regional.....	37
3.4 Concentração Bancária: O Caso Brasileiro	41
4 REFERENCIAL METODOLÓGICO	48
4.1 Abordagens Metodológicas.....	48
4.2 Modelo Econométrico.....	52
5 VAZAMENTO DE DEPÓSITOS E DESIGUALDADE FINANCEIRA REGIONAL: O CASO DO NORDESTE BRASILEIRO	55
5.1 Concentração Bancária e Vazamento de Depósitos no Nordeste.....	55
5.2 Determinantes do Vazamento de Depósitos no Nordeste: Análise dos Resultados	68
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74
ANEXO.....	79

1 INTRODUÇÃO

Os avanços da teoria econômica heterodoxa favorecem o surgimento de novas linhas de pesquisa até então pouco exploradas. O impacto regional do sistema financeiro aparece como uma destas novas vertentes de análise, correlacionando a economia monetária com a noção de território, apresentando resultados até então desconsiderados nos modelos macroeconômicos convencionais, à medida que as teorias monetárias do *mainstream* ressaltam a função de meios de pagamentos da moeda sem exercer influência sobre o nível de atividade a longo prazo.

Keynes (2009), por sua vez, ressalta que as variáveis monetárias exercem significativa influência nas variáveis reais por meio das taxas de juros. Igualmente, para o autor, na função preferência pela liquidez¹, a moeda assume outras funções além de unidade de medida e meio de liquidação, como a de ativo, cuja preferência depende do estado de espírito dos agentes econômicos quanto ao futuro.

A teoria pós-keynesiana busca acrescentar e esclarecer elementos ligados ao pensamento original de Keynes. Pode-se dizer que tal escola começa a ganhar destaque a partir da década de 70 do século passado, para responder as críticas feitas ao pensamento keynesiano pela ortodoxia dominante, os novos-clássicos (OREIRO, 2008).

A aceitação dos pós-keynesianos da não neutralidade da moeda e de seu caráter endógeno permite colocar o sistema bancário como um agente de capital importância, ao participar do processo de criação e inserção de moeda na economia, independente da existência de um órgão ou autoridade regulatória.

Os autores pós-keynesianos trabalham assumindo a hipótese de formação de expectativas sob incertezas não-probabilísticas², o que significa a impossibilidade, em um primeiro momento, de identificar as forças que atuarão entre a decisão de colocar um plano em prática e a obtenção de resultados esperados (FIGUEIREDO, 2006). Destarte, o ato de

¹Para Keynes (2009, p. 138), “a preferência pela liquidez é uma potencialidade ou tendência funcional que fixa a quantidade de moeda que o público reterá quando a taxa de juros for dada”.

²Um fenômeno é dito como incerto quando não é possível mensurar quantitativamente sua probabilidade (FIGUEIREDO, 2006).

reter moeda como um ativo pode ser tratado como racional, na medida em que esta possui a característica de ser o ativo de maior liquidez. De tal maneira que o funcionamento de um sistema econômico depende, portanto, da expectativa dos agentes quanto ao futuro e das implicações desta sobre a preferência pela liquidez dos mesmos (MOLLO, 2003).

Conforme destacado por Crocco *et al* (2006), não obstante as origens das desigualdades de renda regionais possam ser encontradas em fatores estruturais, variáveis monetárias podem ser responsáveis pela cristalização das diferenças de renda regional quando se adota uma abordagem em que a moeda e os bancos são importantes para o desenvolvimento regional.

Por sua vez, Dow e Fuentes (2006) realizaram um levantamento acerca da literatura sobre finanças regionais, destacando vários trabalhos escritos na área durante as últimas décadas. Essa busca divide os estudos em dois grupos que incluem tanto textos das escolas clássicas quanto trabalhos de correntes divergentes, sendo esses grupos: a) Multiplicadores monetários regionais e fluxo financeiro de fundos inter-regionais; e b) Mercados financeiros regionais, subdividido em diferenciais de taxas de juros e disponibilidade regional de crédito.

Esta dissertação focará na última subdivisão do segundo grupo supracitado - disponibilidade regional de crédito. Ao contrário da visão dos novos clássicos, algumas correntes de pensamento econômico exploram a questão territorial e do racionamento de crédito com maior rigor, prevalecendo-se de preceitos como riscos, assimetria de informações ou incertezas tácitas em uma economia monetária de produção³.

Com a desregulação financeira, a partir do início dos anos 80, e a difusão da globalização, o processo de concentração bancária foi intensificado em todo o mundo. No Brasil não foi diferente.

Os bancos brasileiros, que até início do Plano Real tinham como sua principal fonte de receita os ganhos com a inflação, sofreram uma grande perda de renda com a estabilização monetária, o que provocou grave crise no setor, levando grandes bancos a falência. Ademais, medidas governamentais como a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), que objetivavam tornar

³Keynes definia uma economia de mercado como sendo uma economia monetária de produção, a moeda não é neutra desde que os regimes monetários afetam o setor real da economia, em função da capacidade dos bancos de adequar ou não a oferta de moeda à demanda, tanto no curto como longo prazos.

o sistema bancário menos suscetível a crises financeiras, aceleraram a concentração bancária por meio das facilidades para aquisições e fusões entre bancos, sejam estes de caráter privado ou público.

A reestruturação bancária decorrente da perda do *float*,⁴ com base nos dados do Banco Central do Brasil, levou a uma redução do número de bancos no país que passou de 242 instituições bancárias, em 1995, para 157, em 2010. No mesmo, a concentração dos ativos totais dos dez maiores bancos aumentou de 60,1% para 79,5%, respectivamente.

A partir dos anos 2000, com o fechamento de várias sedes e agências na década anterior, os bancos atuantes no Brasil passam a desempenhar um importante papel no crescimento econômico do país. Ao perder a rentabilidade do *float*, os bancos buscam novas atividades para obter suas margens de lucro, assim, a figura do empréstimo ressurgiu como importante fonte de receita e ao disponibilizar crédito para a população (pessoa física ou jurídica), as instituições bancárias conseguiram elevar o consumo e a produção de bens e serviços.

Do mesmo modo que os bancos, o volume de empréstimos concedidos também se concentrou. O maior dinamismo e estabilidade econômica das regiões desenvolvidas favoreceu tal concentração em detrimento das regiões menos desenvolvidas, principalmente por meio do vazamento de fluxos financeiros destas para as mais prósperas.

As regiões menos desenvolvidas, como é o caso do Nordeste brasileiro, são as mais penalizadas neste processo de concentração, na medida em que nas trocas interregionais são fornecedoras de bens intermediários e compradoras de bens com maior valor agregado produzidos pelas regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste e Sul do país, o que as caracteriza como regiões “importadoras líquidas”. Do ponto de vista financeiro, tal desequilíbrio resulta na migração de depósitos para os centros mais dinâmicos, onde estão os fornecedores de bens e serviços de maior valor agregado. Os depósitos transferidos desta maneira alavancam operações de crédito nas regiões Sudeste e Sul e assim produzem o fenômeno acima, denominado “vazamento de depósitos”, potencializado pelo processo de concentração do sistema bancário quando da transferência de depósito intrabancos em busca

⁴ Com *float* bancário a instituição financeira obtinha ganhos por meio de uma assimetria de informações na indexação. Assim, essa não corrigia os valores parados em conta corrente ou obtidos na arrecadação de tributos e aplicava os mesmos em títulos públicos com garantia de recompra em um dia (*over-night*) (BARBACHAN & FONSECA, 2004).

de praças mais rentáveis e de menor risco⁵. Desta forma, as regiões menos dinâmicas e economicamente instáveis sofrem com a insuficiência da oferta de crédito, o que pode contribuir para reforçar as desigualdades regionais no país.

O objetivo desta dissertação é explicar porque a concentração do sistema bancário no país favorece o vazamento de depósitos e a desigualdade financeira em nível regional, tomando como estudo de caso a região Nordeste e tendo como referencial teórico a abordagem pós-keynesiana de economia regional. No que tange aos objetivos específicos, buscar-se-á estimar a preferência pela liquidez do público e dos bancos em nível regional, a distribuição especial das agências bancárias e os índices de concentração de crédito e mercadológico para as cinco regiões do país, e rodar um modelo de regressão com dados em painel para aferir a influência das variáveis acima estimadas na explicação do vazamento de depósitos do Nordeste para o Sudeste.

A hipótese a ser validada, a partir da metodologia desenvolvida pela agenda de pesquisa pós-keynesiana, é a de que o aumento da preferência pela liquidez dos bancos em regiões periféricas, como a Nordeste, favorece estratégias de transferência de depósitos que, em sistemas bancários concentrados, se traduzem em maior oferta de crédito nas regiões desenvolvidas, como o Sudeste, o que explica o vazamento de depósitos.

A presente dissertação está dividida em cinco partes além desta introdução. Na etapa seguinte serão destacados alguns pontos referentes à evolução da economia nordestina ao longo dos últimos anos, contextualizando o desenvolvimento regional em relação ao brasileiro. No capítulo três é apresentada uma revisão de literatura acerca da linha de pesquisa de economia regional pós-keynesiana, que servirá de arcabouço teórico para sustentar as hipóteses e resultados apresentados ao longo da dissertação. Tratará também dos fundamentos teóricos da concentração bancária e fará uma descrição do processo de consolidação bancária brasileira. O quarto capítulo apresentará a metodologia de estimação das variáveis e o modelo econométrico usada para validar a hipótese. A análise da relação entre concentração bancária, vazamento de depósitos e desigualdade financeira, tomando o Nordeste como estudo de caso, será realizada no capítulo cinco. Por fim, no capítulo seis serão destacados os principais pontos discutidos na dissertação à guisa de conclusão.

⁵ O volume de depósitos é utilizado como base para os bancos alavancarem suas operações de crédito. Quanto maior o fluxo de depósitos maiores seriam os volumes empréstimos.

2 A ECONOMIA NORDESTINA NO CONTEXTO REGIONAL BRASILEIRO PÓS-PLANO REAL

Antes de discutir as questões mais teóricas da dissertação, faz-se necessário contextualizar a região que será objeto de nosso estudo, no caso, o Nordeste brasileiro. Vale ressaltar que não será feita extensa revisão histórica do processo de desenvolvimento da economia nordestina, apesar de sua inegável importância, haja vista que tal esforço foge ao escopo desta dissertação⁶. Destarte, focar-se-á o estudo nos períodos após a criação do Plano Real.

2.1 Preâmbulo da Economia Nordestina em uma Perspectiva Histórica

A região nordestina teve como principais atividades formadoras de seu complexo econômico a cana-de-açúcar, a pecuária e o algodão, principalmente no período colonial. Apesar de um próspero início econômico, a falta de investimentos no aumento da produtividade, por meio de transformações estruturais, e a posterior concorrência das importações de outros países com os produtos locais deflagraram uma grave crise socioeconômica na região (FURTADO, 2007). Os reflexos destes problemas fizeram a economia nordestina involuir, perdendo a importância econômica do setor de alta rentabilidade (açúcar) para o de subsistência (pecuária). Furtado (2007) ressalta que “o Nordeste foi se transformando progressivamente em uma economia em que grande parte de sua população produzia apenas o necessário para subsistir (p.106)”. Para Araújo e Santos (2009):

“Essa trajetória problemática afastará o Nordeste da dinâmica que se instalará em outras partes do território nacional. As bases do enorme hiato de níveis de renda e de condições de vida que separarão o Nordeste de outras regiões do país estavam fincadas. A dinâmica do século XX, quando o Brasil muda profundamente, ampliará essa herança. A questão nordestina se revelará com maior nitidez, mas as sementes já haviam sido plantadas (p.186)”

A situação de subdesenvolvimento da região perpassa os séculos até meados da década de 1950, a partir de então a preocupação com o território nordestino volta a ganhar destaque

⁶ Para uma discussão pormenorizada do desenvolvimento histórico socioeconômico do nordeste, ver Furtado (1985), Andrade (1988), Guimarães Neto (1989), Araújo (1995), Campolina Diniz (2001), Duque (2004), Andrade (2005).

dentro do cenário de crescimento econômico nacional. Neste período, a seca era considerada como um dos principais fatores de atraso para o fortalecimento da região.

Objetivando reverter este quadro, em 1956, foi instituído o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, o qual elaborou o estudo “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, apresentado em 1959. Os principais frutos deste documento foram a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (OLIVEIRA & VIANNA, 2010).

A partir da criação da SUDENE, a região começa a mudar de maneira significativa sua estrutura produtiva. Carvalho (2008) mostra a influência desenvolvida por essa instituição no território nordestino na seguinte passagem:

“O PIB do Nordeste, entre 1960 e 1990, passou de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 91,4 bilhões. Os investimentos produtivos (públicos e privados) na região elevaram seguidamente sua participação no PIB nacional, saltando de 12%, em 1960, para 17%, em 1990. Esse crescimento do Nordeste em relação ao país teve outra característica importante, a radical transformação no perfil de sua estrutura produtiva. No espaço de três décadas, o setor agropecuário – que representava 41% da riqueza regional em 1960 – ficou reduzido a somente 14,4% dessa participação. O setor industrial, que tinha 12% do PIB regional, alcançava 28,2%, em 1990. E o setor de serviços cresceu de 47% para 57,4%. Terminado o período de intervenção da Sudene, as atividades urbanas (indústrias e serviços) passaram a ter muito mais importância na composição da produção nordestina que as atividades agropecuárias.” (p.02)

Este mesmo processo não é suficiente para reverter a divisão do trabalho no contexto regional, onde a economia nordestina assume uma complementaridade da acumulação de capital concentrada no Sudeste brasileiro. São inegáveis os ganhos econômicos solidificados no Nordeste com o processo de industrialização promovida pela SUDENE.

Não obstante o aumento no setor produtivo, a região não consegue reduzir, na mesma proporção, a sua participação relativa na massa de indigentes do país. O nordeste tinha 44% dos pobres em 1970 e passou para 53% em 1988 (ALMEIDA & ARAÚJO, 2004). Tal fato reforça a necessidade de uma política específica para contornar o atraso social na região, pois apenas o crescimento industrial não é suficiente para tanto.

Ademais, os altos níveis inflacionários presentes na economia nacional, entre meados da década de 1970 até 1994, afetavam de forma negativa a população brasileira. A inflação deteriora o poder de compra dos indivíduos, principalmente da camada mais pobre. Neste contexto, com o nordeste detendo quase a metade dos pobres do país, tem-se que os efeitos nocivos da inflação eram potencializados na região. A inflação, deste modo, era um dos principais entraves para a redução das desigualdades regionais.

2.2 A Economia do Nordeste Pós-Plano Real.

O principal ganho proporcionado pela implementação do Plano Real, sem lugar a dúvidas, foi a estabilização do nível geral de preços da economia brasileira. Tal política, por razões discutidas em momento oportuno neste trabalho, rebate favoravelmente na economia nordestina. A evolução do PIB nordestino no período pós a estabilização monetária, conforme mostrado na tabela 01, deixa claro os efeitos positivos sobre a região. Em quase toda a série analisada a região apresenta uma taxa de crescimento superior a da economia brasileira. Tal fato tem algumas explicações: i) é consenso entre os economistas que a inflação prejudica principalmente a camada mais pobre da população. Assim, visto que a região é a mais pobre do país, o final do processo inflacionário gerou efeitos positivos na economia local ao aumentar o poder de compra dos consumidores e reduzir as incertezas dos investidores presentes no território; e ii) a partir dos anos 2000 ocorre uma expansão dos programas de transferência de renda para o nordeste. Tais programas injetam uma significativa massa de recursos na região, o que amplia o dinamismo econômico local.

No entanto, apesar do crescimento, verifica-se que o nordeste não aumentou de maneira significativa a participação da região no PIB brasileiro, mostrando o acréscimo de apenas 1,07 ponto percentual entre 1995 e 2008. Esse nível de participação produtiva é semelhante ao que a região tinha um ano após a criação do GTDN, em 1960, como visto no tópico anterior.

Tabela 01: PIB nordestino e brasileiro a preços mercado, variação anual e participação do nordeste no PIB nacional, 1995-2008

Ano	PIB (R\$ milhões)		(%)	(%)	(%)
	PIB Nordeste	PIB Brasil	Var. Anual/NE	Var. Anual/ BR	Ne/Br
1995	84.970	705.641	-	4,22	12,04
1996	105.223	843.966	2,08	2,15	12,47
1997	116.981	939.147	4,27	3,38	12,46
1998	121.901	979.147	-0,4	0,04	12,45
1999	132.577	1.065.000	0,94	0,25	12,45
2000	146.827	1.179.482	4,09	4,31	12,45
2001	163.465	1.302.135	0,76	1,31	12,55
2002	191.592	1.477.822	2,91	2,66	12,96
2003	217.037	1.699.948	1,89	1,15	12,77
2004	247.043	1.941.498	6,52	5,71	12,72
2005	280.545	2.147.239	4,56	3,16	13,07
2006	311.104	2.369.484	4,75	3,96	13,13
2007	347.797	2.661.344	4,85	6,09	13,07
2008	397.502	3.031.864	5,54	5,16	13,11

Fonte: Contas Regionais, IBGE; Bacen – Elaboração do autor

Embora o crescimento econômico no período tenha sido acima da média nacional, o nordeste ainda se apresenta como a região mais atrasada socioeconomicamente do país. Os dados do PIB *per capita* apresentados na tabela 02 dão a dimensão da desigualdade. A região nordestina detém os piores níveis de PIB *per capita* quando comparado às demais. Seu indicador é menor que a metade do registrado para o Brasil e chega a ser quase um terço das regiões com índices mais elevados, no caso Sudeste e Centro-Oeste.

Tabela 02: PIB per capita regional, 1995-2008 (R\$ de 2000, mil)

	Centro-Oeste	Norte	Sudeste	Sul	Nordeste	Brasil
1995	5,51	3,92	8,46	7,38	2,76	6,15
1996	5,66	3,94	8,5	7,56	2,9	6,24
1997	5,92	3,81	8,78	7,61	2,95	6,4
1998	6,4	3,81	8,66	7,49	2,94	6,36
1999	5,78	3,6	8,37	7,35	2,85	6,13
2000	6,5	3,87	8,71	7,65	3	6,43
2001	6,59	3,91	8,48	7,64	2,97	6,33
2002	8,77	4,19	9,25	7,98	3,23	6,95
2003	8,93	4,22	9,07	8,35	3,18	6,93
2004	9,35	4,51	9,46	8,56	3,31	7,22
2005	9,2	4,56	9,75	8,32	3,47	7,35
2006	9,23	4,74	10,04	8,4	3,58	7,53
2007	10,21	5,23	11,03	9,48	3,86	8,28

2008	10,55	5,29	10,96	9,45	3,88	8,28
-------------	-------	------	-------	------	------	------

Fonte: IPEADATA

É correto assumir que o maior crescimento do PIB também reflete na sua variável *per capita* a depender da variação populacional. Neste sentido, o nordeste teve o segundo maior crescimento do PIB *per capita* entre todas as regiões nos anos consultados pela série, apresentando uma elevação aproximada de 40%, sendo superado apenas pelo Centro-Oeste, o qual cresceu 91% no período. Apesar de crescer mais do que a maioria das outras regiões, não podemos considerar que exista um nítido processo de convergência entre os indicadores das mesmas. O território nordestino ainda está muito atrás do restante do país.

Reflexo dessa desigualdade de renda pode ser visualizado no índice de Gini da região, apresentado na tabela 03. Os dados mostram que todas as regiões brasileiras reduziram sua concentração de renda. No entanto, apesar de sinalizar uma trajetória descendente entre o índice nordestino e o brasileiro, ainda existe uma grande discrepância entre essa região e o sul e sudeste do país. Entretanto, há uma mudança interessante, desde 1995 até 2006 o nordeste era a região com maior desigualdade na distribuição de renda domiciliar, mas a partir de 2007 é ultrapassada pelo centro-oeste deixando de ser a localidade com maior desigualdade de renda. Este fato pode ser atribuído aos constantes aumentos reais do salário mínimo e a consolidação de programas de transferência de renda como o Bolsa Família (PBF).

Tabela 03: Índice de Gini⁷ no Brasil e Regiões.

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
1995	0,585	0,584	0,604	0,565	0,567	0,601
1996	0,601	0,58	0,62	0,561	0,563	0,602
1997	0,599	0,587	0,617	0,555	0,565	0,602
1998	0,603	0,583	0,61	0,557	0,566	0,6
1999	0,593	0,565	0,605	0,562	0,559	0,594
2001	0,598	0,565	0,6	0,548	0,568	0,596
2002	0,595	0,564	0,595	0,529	0,563	0,589
2003	0,581	0,542	0,585	0,531	0,557	0,583
2004	0,573	0,539	0,583	0,522	0,542	0,572
2005	0,577	0,529	0,571	0,515	0,543	0,569
2006	0,563	0,521	0,573	0,506	0,538	0,563
2007	0,574	0,533	0,566	0,505	0,524	0,556

⁷ Mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Ademais, a série tem uma descontinuidade no ano de 2000, entretanto, para nossos fins, a mesma é válida.

2008	0,568	0,509	0,558	0,495	0,518	0,548
2009	0,56	0,523	0,558	0,491	0,511	0,543

Fonte: IPEADATA

A renda é uma variável que sofre influência do grau de educação da população. Quanto maior o nível de escolaridade, maiores os retornos econômicos (REIS & BARROS, 1990, 1991)⁸. A tabela 04 mostra o percentual de analfabetos e a tabela 05 os anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais existentes nas regiões brasileiras.

Tabela 04: Percentual de Analfabetos nas regiões brasileiras com 15 anos ou mais⁹

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Centro-oeste	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8	10,3	9,7	9,5	9,2	8,9	8,3	8,1
Norte	13,4	12,5	13,6	12,7	12,3	11,3	10,4	10,6	12,8	11,6	11,3	10,9
Nordeste	30,6	28,8	29,5	27,6	26,7	24,3	23,4	23,2	22,5	22,0	20,8	20,0
Sul	9,2	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,7	6,4	6,3	5,9	5,7	5,4
Sudeste	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,5	7,2	6,8	6,6	6,6	6,0	5,7
Brasil	15,5	14,6	14,7	13,8	13,3	12,4	11,9	11,6	11,4	11,1	10,4	10,0

Fonte: IPEADATA

Durante todo o período em análise o nordeste desponta como a região que concentra a maior quantidade de analfabetos em todo o território nacional. Em 1995 mais de 30% dos habitantes da região não sabiam ler nem escrever, praticamente o dobro da média nacional. Treze anos depois, em 2007, o território nordestino tem, em números relativos, quase quatro vezes mais pessoas sem a capacidade de ler e/ou escrever do que o encontrado no sul e sudeste do país e exatamente o dobro da média brasileira. Contudo, nota-se uma gradativa redução no percentual de analfabetos existentes, fato este que pode ser explicado pelas políticas de transferência de renda, como é o caso do Programa Bolsa Família, que exigem como contrapartida que os filhos dos beneficiados estejam regularmente matriculados em instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

⁸ Tal afirmação é corroborada, dentre outros trabalhos, por Menezes-Filho (2001), Menezes-Filho, Fernandes e Picchetti (2006).

⁹ Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples. A série contém uma descontinuidade temporal para o ano de 2000, mas para os nossos fins a mesma é válida.

Tabela 05: Média dos anos de estudos completados por pessoas com 25 anos ou mais nas regiões brasileiras, 1995 -2007.

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Centro-oeste	5,4	5,5	5,7	5,9	5,9	6,1	6,4	6,5	6,6	6,8	7	7,1
Norte	5,2	5,4	5,4	5,5	5,7	6	6,1	6,2	5,8	6	6,2	6,3
Nordeste	3,8	3,9	4	4,1	4,2	4,4	4,6	4,7	4,9	5	5,3	5,4
Sul	5,6	5,7	5,8	5,9	6	6,2	6,4	6,7	6,8	6,9	7,1	7,2
Sudeste	5,9	6,1	6,2	6,3	6,4	6,7	6,8	7	7,1	7,2	7,5	7,6
Brasil	5,2	5,4	5,5	5,6	5,7	6	6,1	6,3	6,4	6,5	6,7	6,9

Fonte: IPEADATA

Da mesma forma que o Nordeste é o território que concentra a maior quantidade de analfabetos é também o local onde a população com 25 anos ou mais tem os menores anos de estudos completos. Todas as regiões melhoraram seus números no período analisado variando o ganho em anos entre o menor, 1,1 (Norte), e o maior, 1,7 (Centro-Oeste e Sudeste). Embora a melhora, o nordeste brasileiro ainda esta distante de seus pares no tocante a esta variável. Nestes termos, considerando que a renda tem a educação como *proxy*, pode-se inferir que o território nordestino é condicionado a ser o menos desenvolvido economicamente.

Altos índices de desigualdades de renda combinados com uma elevada taxa de analfabetismo e poucos anos de estudo da população alfabetizada só poderiam levar a um resultado: pobreza. Na tabela 06 é mostrada a quantidade de pessoas residentes em cada região do país e na tabela 07 o quantitativo de pobres existentes em nível regional.

Tabela 06: População residente total em anos selecionados.

	1996	2000	2007	2010
Centro-Oeste	10.500.579	11.636.728	13.222.854	14.058.094
Norte	11.288.259	12.900.704	14.623.316	15.864.454
Nordeste	44.766.851	47.741.711	51.534.406	53.081.950
Sul	23.513.736	25.107.616	26.733.595	27.386.891
Sudeste	67.000.738	72.412.411	77.873.120	80.354.410
Brasil	157.070.163	169.799.170	183.987.291	190.755.799

Fonte: IPEADATA/IBGE

Os dados da tabela nº 6 apontam para uma pequena alteração na participação relativa das regiões no *quantum* populacional brasileiro. O nordeste, que no início da série continha em seu território 28,50% de todos habitantes nacionais, fecha o ano de 2010 com 27,82%. As regiões sul e sudeste também perderam participação em relação à população, enquanto o norte e o centro-oeste tiveram um ligeiro aumento. Ademais, o trabalho de Cunha (2007) revela um dado interessante: mais nordestinos (pode-se inferir o mesmo para o norte brasileiro) estão voltando para seu local de origem do que partindo para o Sul/Sudeste. Tal fato é conhecido

como “migração de retorno” e pode ser reflexo do recente crescimento e da estabilidade econômica apresentada no nordeste nos últimos anos.

Todavia, o nordeste permanece sendo a região que percentualmente mais abriga pessoas pobres no Brasil. Quando observados os valores absolutos, verifica-se que a região apresenta uma forte redução da quantidade de indivíduos pobres, saindo 26 milhões, em 1995, para cerca de 21 milhões, em 2009, tirando mais de cinco milhões de indivíduos da linha da pobreza. Essa diminuição também é acompanhada por quase todas as demais regiões brasileiras, com exceção do norte, onde é perceptível um forte aumento da população de menor renda.

Tabela 07: Evolução do quantitativo de pessoas pobres no Brasil e Regiões¹⁰

Ano	Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
1995	2.732.552	3.114.296	26.231.589	6.083.134	13.622.855	51.784.426
1996	2.833.748	3.254.415	26.385.752	5.935.572	13.391.101	51.800.588
1997	2.635.585	3.489.169	27.295.156	6.222.991	13.806.762	53.449.663
1998	2.575.696	3.567.205	26.403.927	5.975.029	13.548.443	52.070.300
1999	2.952.323	3.899.459	27.729.719	6.588.626	15.013.158	56.183.285
2001	3.003.663	4.410.528	28.719.015	6.194.775	16.160.921	58.488.902
2002	2.925.559	4.687.203	28.719.331	5.831.351	16.051.886	58.215.330
2003	3.219.489	4.938.660	29.937.040	5.944.666	17.346.078	61.385.933
2004	2.753.246	6.532.018	28.832.353	5.342.020	16.082.272	59.541.909
2005	2.664.071	6.148.868	27.327.747	4.968.278	14.367.748	55.476.712
2006	2.115.259	5.647.369	24.796.113	4.256.092	11.711.977	48.526.810
2007	1.640.281	5.586.076	23.733.816	3.576.249	9.667.672	44.204.094
2008	1.682.270	4.860.753	22.011.073	3.382.090	9.524.733	41.460.919
2009	1.574.079	4.924.547	20.975.867	3.140.184	9.016.873	39.631.550

Fonte: IPEADATA

Não obstante a redução no número absoluto de indivíduos pobres, o nordeste concentra ao longo de quase toda a série mais de 50% do total de pobres do país. Além disso, quando comparado os dados das tabelas 06 e 07, constata-se que, em 1996, 58,94% do total de habitantes do próprio nordeste eram pessoas economicamente pobres. Tal número é reduzido para 46,05%, em 2007, e 39,51%, se cruzarmos os últimos dados (2009 e 2010) de cada tabela. Isto demonstra que a pobreza vem sendo reduzida na região, mas ainda é

¹⁰ Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da OMS (IPEADATA, 2010). A série possui uma descontinuidade temporal no ano de 2000, mas para os nossos fins a mesma é válida.

absurdamente elevada, principalmente quando comparada aos locais mais desenvolvidos do Brasil.

A tentativa de reduzir o quantitativo de pobres e analfabetos no Brasil é um dos motivos de maior preocupação dos governantes centrais nos últimos anos. Para tanto ocorre uma elevação da participação de ações públicas nas regiões menos desenvolvidas. Tal fato culmina na grande ampliação dos programas de transferência de renda no país, em especial o Programa Bolsa Família (PBF).

Tabela 08: Programa Bolsa Família no Nordeste, 2004 - 2010¹¹

Regiões	Famílias Atendidas		Valor Mensal (em R\$ - valores correntes)	
	2004	2010	2004	2010
Centro-Oeste	292.405	725.216,00	17.540.488	64.663.907
Norte	527.652	1.348.329	37.758.137	145.600.154
Nordeste	3.320.446	6.454.386	234.533.410	647.718.736
Sul	700.661	1.064.068	42.069.132	94.026.482
Sudeste	1.730.675	3.185.843	107.969.438	286.871.538
Brasil	6.571.839	12.777.842,00	439.870.605	1.238.880.817

Fonte: IPEADATA, MDS – Elaboração Própria

O Programa Bolsa Família atende, atualmente, quase 13 milhões famílias em todo o país. O fato de a região nordestina concentrar mais de 50,0% dos pobres brasileiros torna-se naturalmente a região como principal alvo do programa. Deste modo, em 2010, na região estavam 50,51% do total das famílias assistidas e 52,28% do total de recursos repassados pelo programa. Para se ter uma idéia da importância destes valores para a região, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o montante repassado é equivalente a 30,5% Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para a região. Ademais, para receber o PBF é necessária a comprovação do comparecimento à escola dos jovens beneficiados. O objetivo deste programa é, em longo prazo, contribuir para a redução dos índices de analfabetismo e, deste modo, elevar a produtividade da força de trabalho da região, gerando mais renda e emprego no território.

Os dados apresentados neste capítulo indicam que o nordeste necessita de políticas específicas para seu desenvolvimento e em caráter emergencial, pois como sintetiza Carvalho (2008):

¹¹ Valores referentes às famílias beneficiadas no mês de dezembro de cada ano.

“as razões atuais são muitas: o Nordeste com 28% da população tem apenas 13,1% do PIB; sua agricultura, que possui 45% da PEA agrícola nacional, representa tão somente 14% do valor da produção; o Semi-Árido abriga 40% da população da região e apenas 20% do PIB regional; com uma escolaridade da população economicamente ativa de 6 anos de estudo contra 8,5 no Sudeste e 7,6 no Brasil, o Nordeste possui apenas 16% das matrículas no ensino superior do país; diante de uma economia que se internacionaliza, a região apresenta uma acentuada fragilidade na área de ciência e tecnologia que deixa poucas empresas com capacidade de inovar, etc.” (p. 17).

Neste contexto, um processo de concentração bancária, ao dificultar o acesso a crédito nas regiões menos desenvolvidas, poderá contribuir, por meio da desigualdade financeira, para cristalizar as desigualdades regionais apontadas no decorrer deste capítulo.

3 MOEDA, CRÉDITO E DESIGUALDADE FINANCEIRA REGIONAL

O presente capítulo tem como objetivo resenhar a literatura que trata do papel desempenhado pela moeda no crescimento econômico, destacando a função e importância da moeda e do sistema financeiro para o desenvolvimento regional, na abordagem pós-keynesiana.

Conforme Amado (2003) há várias décadas que o papel da moeda, do território e do sistema financeiro vêm sendo deixados em segundo plano pelos estudiosos da economia. De forma geral, pode-se dizer que tem sido tratada como uma mera “conveniência” do que como um ativo com poder de afetar a economia tanto no curto quanto no longo prazo. A ortodoxia¹² sempre tratou a moeda como um mero meio de troca, neste sentido, o que realmente importa no processo de troca é a relação de uma mercadoria com a outra, a moeda é apenas um véu ou óleo que se interpõem nesse processo.

Alguns motivos para a ausência de trabalhos envolvendo as variáveis monetárias e financeiras, segundo Amado (1996) seriam: i) a influência da escola neoclássica nos estudos regionais. Como se sabe, tal escola caracteriza a moeda apenas como meio de troca sendo incapaz de afetar as variáveis reais da economia; ii) a aceitação, por parte daqueles que discordam da teoria neoclássica, da concepção horizontalista de oferta de moeda. Tal ideal entende que a oferta de moeda é acomodativa das variáveis reais, sendo capaz de variar para atender a qualquer padrão de demanda por moeda. Desta forma, a oferta de moeda não possuiria a capacidade de afetar a dinâmica econômica; iii) a ausência de dados satisfatórios para uma análise da questão regional sob a ótica financeira e monetária; iv) informações totalmente perfeitas entre os agentes da economia, simetria total de informações; e v) a taxa de juros não regula o sistema financeiro. Se a taxa de juros for maior em um local do que nos demais, os fluxos financeiros convergirão para esta região, o que forçará os demais territórios a aumentar sua taxa de juros. Deste modo, o sistema voltaria ao equilíbrio.

A neutralidade das variáveis financeiras é assumida pelo *mainstream* econômico, para que a renda real dependa apenas de fatores reais. Os bancos, por sua vez, são também considerados neutros, pois somente alocam poupanças disponíveis entre projetos alternativos. Regionalmente, o sistema bancário somente afetará o desempenho das variáveis reais quando

¹²Consideram-se como ortodoxas todas as escolas que assumem e/ou derivam seus conceitos da Lei de Say e que, portanto, sustentam a neutralidade em longo prazo da moeda.

falhar na alocação do crédito nacional entre diferentes regiões em virtude da presença de falhas de mercado, tais como informação imperfeita ou assimétrica, ou de barreiras à sua atuação, como custos de transação. Quando nenhum destes problemas ocorrerem, o mercado de crédito regional atuará de forma apropriada e equilibrará o fluxo financeiro inter-regional, fazendo com que as regiões não enfrentem problemas financeiros, pois se deparam com uma curva de oferta de crédito perfeitamente elástica. (CAVALCANTE, 2006). Entretanto, a relevância que a teoria econômica dá à moeda vem mudando ao longo da história.

3.1 Crédito e Bancos no Desenvolvimento Econômico

Não existe um consenso se é o desenvolvimento econômico que leva ao desenvolvimento financeiro ou se a relação seria a inversa¹³. Contudo, muitos economistas concordam que o crédito é um instrumento de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico na medida em que viabiliza oportunidade de negócios gerando emprego, renda e crescimento (ALMEIDA, 2007).

O papel do crédito como alavanca do desenvolvimento econômico foi originalmente analisado por Schumpeter em sua Teoria do Desenvolvimento Econômico (TDE). Para o economista austríaco, o crédito tinha a função de mobilizar recursos existentes para a realização de novas combinações (inovações), o que corroborava para o surgimento do empresário enquanto agente da inovação¹⁴. Assim, a condição necessária para se tornar empresário era a de ser devedor, cujos credores no sistema capitalista seriam os bancos. (FERREIRA JR & SORGATO, 2008).

Ademais, os conceitos de crédito, inovação e desenvolvimento estão fortemente imbricados na concepção schumpeteriana. Levando em consideração que a visão do modelo heurístico de Schumpeter é a do desenvolvimento como fenômeno motivado pela capacidade de inovação¹⁵ dos empresários fomentada pela criação de poder de compra por parte dos capitalistas, como observado na passagem da TDE:

¹³ Alguns trabalhos que abordam a relação entre desenvolvimento econômico e financeiro são: King e Levine (1993), Levine (1997, 1999).

¹⁴ A seguinte passagem da TDE é bastante esclarecedora a este respeito: “a função essencial do crédito no sentido em que tomamos consiste em habilitar o empresário a retirar de seus empregos anteriores os bens de produção de que precisa, ativando a demanda por eles, e com isso forçar o sistema econômico para dentro de novos canais” (SCHUMPETER, 1982, P. 74).

¹⁵ Na concepção de Schumpeter [1982, p. 112] as inovações são “o impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista [e decorre] dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria”.

“O crédito é essencialmente a criação de poder de compra com o propósito de transferi-lo ao empresário, mas não simplesmente a transferência de poder de compra existente. A criação de poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social de bens antes que tenham adquirido o direito nominal a ela (...) A concessão de crédito opera nesse sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderá surgir.”(1982, p. 74).

Da mesma forma que o crédito gera desenvolvimento para as indústrias e empresas, o desenvolvimento regional da economia também será afetado através do efeito multiplicador dessas inovações. Assim, o crédito é de grande importância para o crescimento econômico dos países e regiões, dinamizando os mercados e gerando lucros extraordinários para os agentes inovadores (KING & LEVINE, 1993).

Neste contexto, o crédito desempenha importante função no desenvolvimento, criando os meios necessários para o processo de inovação. Já os bancos agem como firmas buscando maximizar os seus lucros, realizando operações de crédito de menor risco possível. Para tanto, o que torna o sistema financeiro fundamental na propulsão do desenvolvimento econômico são as atividades de intermediação e criação de crédito por meio da expansão dos meios de pagamento via multiplicador bancário.

Contudo, o processo de intermediação bancária que viabiliza acesso a crédito aos agentes econômicos evoluiu ao longo do tempo. Chick (1994) descreve essa evolução a partir das seguintes etapas: i) inicialmente existem numerosos bancos de porte pequeno. Os depósitos são o elemento limitador do sistema, é o parâmetro para reservas e créditos. Neste estágio quanto mais depósitos em poupança, maior poderá ser o volume de crédito concedido; ii) em um segundo momento, os depósitos passam a ser tratados como meios de pagamento e os bancos passam a ofertar crédito como múltiplo de suas reservas¹⁶, dando grande importância para a teoria do “multiplicador de depósitos bancários”. A poupança não é mais limitadora ao investimento, podendo este preceder aquela; iii) surge a possibilidade de empréstimos interbancários, tornando os empréstimos livres da restrição das reservas. As reservas limitam o sistema como um todo, mas não um banco em específico; iv) a autoridade monetária assume definitivamente o papel de emprestador de última instância. Assim, os

¹⁶Criação de quase-moedas. Por exemplo: cheques, cartão de crédito, promissórias, etc.

bancos tornam-se mais audaciosos e os empréstimos podem se expandir além da capacidade imposta pelas reservas monetárias do sistema; e v) os bancos desenvolvem a administração dos passivos.

São os custos de transação e de informação, por sua vez, que propiciam os incentivos básicos para a criação e o desenvolvimento do sistema financeiro. Este apresenta como funções primordiais: i) facilitar as trocas, proteção e diversificação dos riscos; ii) alocar recursos; iii) monitorar os administradores e exercer controle corporativo; iv) mobilizar a poupança; e v) facilitar a troca de bens e serviços (LEVINE, 1997).

Para que as funções essenciais descritas anteriormente funcionem, é necessário que os bancos forneçam liquidez aos ativos. Liquidez pode ser entendida como a facilidade na qual os agentes conseguem converter ativos em poder de compra. Neste sentido, a incerteza associada à capacidade de conversão dos ativos em meios de troca afeta a preferências por liquidez dos agentes econômicos. Desta maneira, os mercados que apresentam menores riscos, custos de transação e incertezas acerca do prazo e da liquidação dos serviços trocados, são mercados com capitais mais líquidos (ALMEIDA, 2007).

Com relação ao papel do sistema bancário na redução da incerteza, ao gerar demanda por depósitos e escolher uma carteira adequada de investimentos, os bancos criam um ambiente de segurança aos poupadores contra riscos de liquidez elevados, enquanto facilitam simultaneamente investimentos de longo prazo em projetos de alto retorno (ALMEIDA, 2007).

Romero e Jayme Jr. (2009) destacam três aspectos básicos pelos quais o crédito e o sistema financeiro desempenham papel fundamental para o desenvolvimento: i) alavancagem do investimento e acumulação de capital; ii) financiamento da atividade inovativa; e iii) redução da concentração de recursos e rompimento da dinâmica centro-periferia.

Com efeito, os bancos e o crédito têm a função e a capacidade de atenuar o risco e possibilitar inversões em projetos de longo prazo. Desta maneira, o sistema bancário ganha relevância no desenvolvimento econômico de um país/região/estado.

Entretanto, da mesma maneira que o crédito pode contribuir para o desenvolvimento econômico de determinado território, a escassez de crédito pode agravar o processo de estagnação econômica de uma região. Neste contexto, a centralização bancária poderá ampliar

ou atenuar as diferenças sócio-econômicas presentes em determinados locais, dependendo de onde se dará esse processo de concentração bancária.

3.2 A Abordagem Pós-Keynesiana de Desigualdade Financeira Regional: Preferência Por Liquidez e Vazamento de Depósitos.

Para Amado (2003) existem três elementos cruciais para entender a economia monetária defendida por Keynes e pelos Pós-Keynesianos, sendo estas: i) a concepção de tempo; ii) a concepção da incerteza; e iii) a concepção da moeda. A junção destes três elementos geram as condições que consentem a não neutralidade da moeda no longo prazo.

Neste contexto, a moeda afeta os motivos e decisões dos agentes que, em um ambiente incerto, podem preferir demandar moeda ao invés de gastar. Conforme Figueiredo e Crocco (2007):

“When the perspectives or expectations for the future are pessimistic, the wish for liquidity rises and Money become the most attractive asset (...) this is reflected in the agents growing liquidity preference. Due to higher or smaller degree of confidence in the economy, changes in this domain open the possibility for endogenous alterations in the income, once they lead to fluctuations in the effective demand. Thus, money is not neutral in economy” (p.35).

Desta maneira, não é possível fazer uma clara distinção entre o lado monetário e o lado real da economia. Para a corrente pós-keynesiana a moeda é intrinsecamente ligada ao sistema e repercute nele por meio do crédito gerado pelos bancos e induzido pela sua demanda¹⁷. Por sua vez, o crédito, permite determinar não apenas o nível geral de preços, mas também permite inferir o investimento, tornando deste modo a moeda parte integrante do sistema econômico e não neutra.

Ademais, com o passar dos anos, essa nova corrente de pensamento incorporou em seus estudos o papel que a moeda exerce em territórios específicos, com os trabalhos pioneiros de Sheila Dow (1982, 1987). Para a autora, Keynes enfatizou a importância da moeda em um contexto nacional, deixando a questão regional ignorada. Ainda de acordo com

¹⁷Neste caso merece especial atenção a demanda por moeda devido ao motivo *finance*. Keynes (2009), assim como Schumpeter (1982), atribuía ao crédito bancário (motivo *finance*) um papel crucial na dinâmica das economias capitalistas, à medida que viabilizam a implementação das decisões de investimento autônomo dos empresários.

Dow, a diferença do desenvolvimento regional é reflexo das características e do modo como os bancos funcionam, os quais podem alavancar ou arrefecer o crescimento de determinada região, e não apenas do lado real da economia.

Ademais, Dow (1982) introduz em seu modelo de análise aspectos comportamentais como a preferência por liquidez dos bancos e dos receptores de empréstimos. O diferencial de preferência de liquidez entre duas regiões, uma atrasada economicamente e outra desenvolvida, pode ser uma nova variável para explicar o motivo de estas últimas serem mais dinâmicas em relação às primeiras.

Para a corrente pós-keynesiana a oferta e a demanda de crédito são interdependentes e afetadas pela preferência por liquidez, vinculada às expectativas que os agentes formam em um ambiente de incertezas territoriais. Do ponto de vista dos bancos, a preferência pela liquidez afetará negativamente a sua disposição em emprestar na região caso possuam expectativas pessimistas ou pouco confiáveis sobre a mesma. No lado da demanda por crédito, a preferência por liquidez do público afetará suas respectivas definições de portfólio. Quanto maior for a preferência pela liquidez, maior as posições em ativos líquidos destes agentes e menor sua demanda por crédito. (CROCCO, 2003).

Em tese, a figura 01, a seguir, resume as características do pensamento pós-keynesiano, em que é possível verificar a importância das preferências pela liquidez e do desenvolvimento bancário na oferta e demanda por empréstimos.

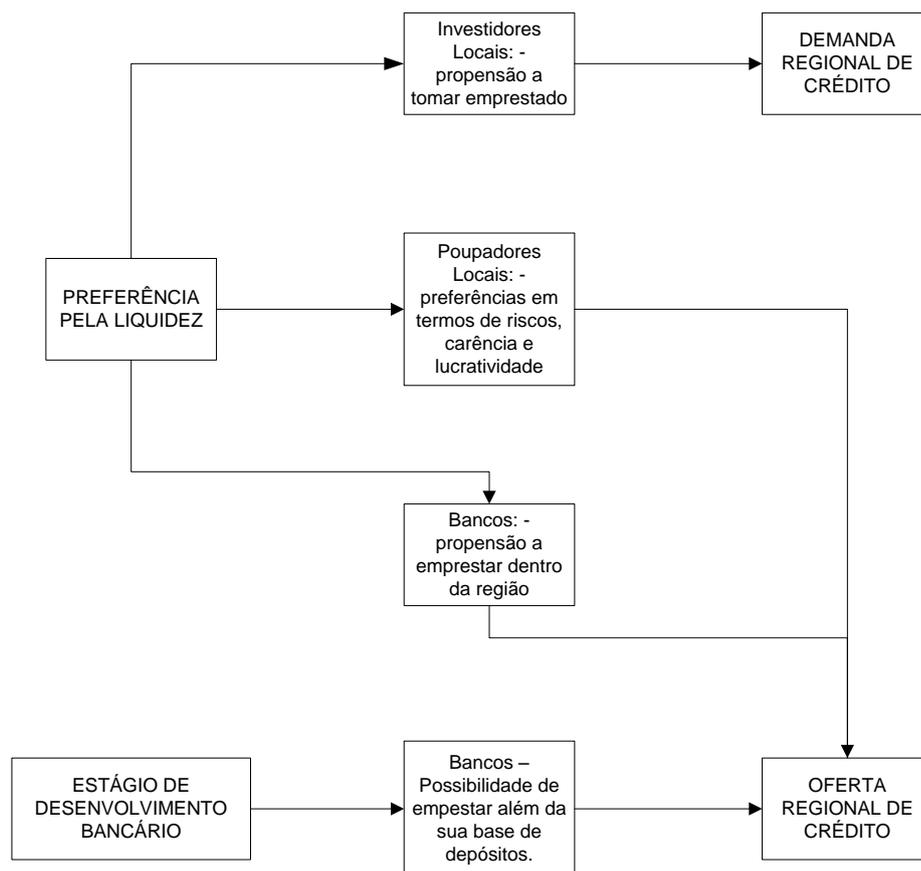


Figura 01: Relação entre oferta e demanda regional, preferência por liquidez e desenvolvimento bancário.

Fonte: Dow e Fuentes (2006)

De tal modo, quanto mais sofisticado for o sistema bancário da região, maior sua habilidade, dadas as expectativas dos demandantes e ofertantes em alavancar crédito. Por sua vez, sistemas econômicos mais estáveis (com menor grau de incerteza) contribuem para reduzir a preferência pela liquidez dos agentes econômicos como também para aumentar a disposição das famílias e bancos a realizarem operações de crédito. As regiões menos desenvolvidas carecem de ambientes econômicos com estas características, dificultando a criação de crédito, seja em razão do menor grau de desenvolvimento dos bancos, com níveis mais baixos de taxas de poupança e depósitos, seja porque a maior incerteza, típica nestas regiões, eleva a preferência pela liquidez dos agentes econômicos¹⁸. A combinação destes fatores desfavoráveis à expansão do crédito tem reforçado nas regiões menos desenvolvidas, na perspectiva dos pós-keynesianos, a condição de periféricas à medida que aumenta o grau de dependência destas em relação às regiões mais ricas, já que são ao mesmo tempo, em

¹⁸Outro aspecto apontado Paula (2006) é que “a preferência pela liquidez dos bancos ainda pode ser influenciada pelas expectativas regionais de crescimento da renda, instabilidade da região e expectativas quanto à direção das políticas monetárias coordenadas pelo Banco Central”.

relação a estas últimas, importadoras líquidas de bens e serviços (vazamento de emprego e renda) e exportadoras de recursos financeiros (vazamento de depósitos). (FERREIRA JR & SORGATO, 2008)

Do ponto de vista pós-keynesiano, o ponto de partida está na relação de causalidade entre crédito e depósito. Ou seja, a capacidade do banco em conceder empréstimos e financiamentos, não se limita a sua base de depósitos, mas esta é uma decorrência do ato dos bancos de ofertar crédito às famílias e empresas, em razão da seguinte dinâmica: os empréstimos concedidos às famílias e empresas, por meio de depósito bancário denominado de “secundário” financiam os gastos em consumo e investimentos das mesmas, cujas rendas originadas destes dispêndios se transformam em “depósitos primários” que, uma vez mais emprestados, dão origem a novos “depósitos secundários”¹⁹. Mas tal causalidade não implica necessariamente que o crédito gerado em uma região vá originar “depósitos primários” na mesma. No caso da região ser uma importadora líquida de bens e serviços, as operações de crédito para pagamento dos fornecedores originarão “depósitos primários” na região exportadora.

Deste modo, a região importadora líquida de bens e serviços se transforma em exportadora líquida de depósitos. Portanto, o significado teórico do vazamento ou transferência de depósitos é o do enfraquecimento do sistema de crédito local à medida que o crédito não retorna ao sistema bancário da região, uma vez que são transferidos para as regiões fornecedoras de bens e serviços. Em suma, as desigualdades estruturais tornam-se desigualdades financeiras que tendem a ampliar as primeiras.

Existe, em especial nas regiões mais atrasadas, um comportamento tanto dos bancos quanto do público que faz com que haja uma menor demanda por crédito e menor disposição para concedê-lo, ou seja, existe um mecanismo de causa e efeito cumulativos: a oferta e a demanda por crédito é pequena em regiões atrasadas devido ao seu menor desenvolvimento. Por sua vez, a escassez de crédito reforça o atraso. Este é um engenho que tende a se perpetuar caso o mercado opere livremente²⁰. (CROCCO, 2003).

¹⁹ Os Depósitos secundários são criados endogenamente ao funcionamento dos bancos. Conquanto, os Depósitos primários são provenientes da livre decisão dos agentes que possuem riqueza, em alocar seus recursos em um banco na forma de depósito.

²⁰ Esta lógica segue os preceitos explicitados por Myrdal (1957) em sua obra *Economic theory and under-developed regions* onde é exposta a teoria de causação cumulativa.

3.3 Concentração Bancária e Desigualdade Financeira Regional

Como analisado, o crédito e o sistema financeiro de uma região consistem em importantes mecanismos para alavancar o desenvolvimento econômico da mesma. A consolidação bancária, em seu primeiro momento, traz grandes benefícios para a região onde esta concentração é mais intensa. Por outro lado, o crédito tende a se tornar escasso em regiões menos prósperas ou que apresentem maiores riscos, devido a este processo de centralização.

Como o processo de centralização ainda é um fenômeno recente e vem lentamente ocorrendo ao longo dos últimos anos, discute-se ainda as suas reais motivações. Existem duas teorias que tentam explicar este processo de centralização: a primeira concepção, hipótese estrutural, acredita que as fusões e aquisições são motivadas pelo desejo do comprador obter poder de mercado e assim poder aumentar a sua margem de lucro (ALMEIDA, 2007). Caso das recentes fusões e aquisições ocorridas nos últimos anos no setor bancário brasileiro²¹. Tal ideia tem como uma das referências em Dymki (1999) *apud* Paula e Marques (2004, p.03) quando diz que “fusões podem ser desejáveis para os bancos se elas podem aumentar a capacidade do banco comprador de incrementar seus lucros, independente dos efeitos que eles possam eventualmente ter sobre a eficiência operacional”. Assim, até mesmo uma possível perda de eficiência poderia ser compensada com uma elevação dos lucros.

O segundo *approach* é o da eficiência, este sustenta que em um ambiente de concorrência, as empresas que conseguem reduzir seus custos e obter maiores ganhos econômicos têm a possibilidade de ampliar seu mercado e, por consequência, alcançar níveis de economia de escala. Assim acabam por comprar as empresas menores e menos eficientes por vislumbrarem nelas oportunidades de lucros (ALMEIDA, 2007).

De tal modo, em um primeiro momento, a consolidação bancária elevaria os lucros dos bancos. Os fatores que levam ao processo de concentração bancária seriam: i) a desregulamentação dos serviços financeiros em nível nacional; ii) a maior abertura do setor bancário à competição internacional; iii) os desenvolvimentos tecnológicos, principalmente da microeletrônica; e iv) as mudanças na estratégia empresarial. A consolidação bancária seria o

²¹No Brasil podemos verificar a recente aquisição do Banco Real pelo Santander (2007), da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil (2008) e a fusão entre o Banco Itaú e o Unibanco (2008), o que reforça a idéia de que o processo de consolidação bancária ainda esta caminhando.

objetivo das instituições, à medida que, por meio deste mecanismo, buscariam economias de escala, de escopo, de renda aumentando seu poder de monopólio e, por conseguinte, seus rendimentos (PAULA & MARQUES, 2004).

O processo de concentração bancária pode trazer benefícios ao consumidor, caso o motivo seja o de aumentar a eficiência, desde que este tem chances de se beneficiar da redução dos custos promovido pela concentração, quando repassados para os preços dos produtos e serviços. Todavia, se o motivo for o de conquistar mercado, o consumidor poderá não ver benefício algum, ou poderá até correr o risco em aumentar as suas despesas para ter acesso aos serviços e produtos ofertados pelas empresas resultante do processo de centralização. O mercado bancário mais concentrado concede vantagens para o responsável pelo controle e fiscalização do sistema financeiro na medida em que um menor número de instituições significa maior facilidade de monitoramento e, com a redução na competição devido à concentração, espera-se que diminua o risco de falências bancárias e possíveis crises no sistema financeiro²² (ALMEIDA, 2007).

A teoria para a localização e concentração dos centros decisórios dos bancos baseia-se nos locais que possuem menor margem de risco. Nestes locais, geralmente as regiões mais desenvolvidas (centrais), os bancos possuem melhores informações acerca dos riscos e, em tese, possuem níveis mais baixos de incerteza quanto a dinâmica da economia, o que lhes confere melhores expectativas, facilitando a concessão de crédito nestas localidades. Em contrapartida, as regiões mais distantes destes centros decisórios (periféricas), comumente regiões menos desenvolvidas, sofrem com a falta de crédito, já que os bancos não possuem muitas informações sobre estas localidades (DOW & FUENTES, 2006).

De acordo com Amado (2006), em uma caracterização centro e periferia, quando se contrapõe as economias centrais em relação à periférica, se observa que, relativamente às últimas, as primeiras possuem trajetória de crescimento mais estáveis e a variável dinâmica dessas economias é endógena; a propensão a importar é menor, pois a base estrutural é mais consistente; os arranjos institucionais são mais desenvolvidos, logo a liquidez dos ativos é maior; as bases para a difusão de informações são mais sólidas; a incerteza, portanto, é menor e a produção está basicamente concentrada nos setores secundário e terciário, enquanto na periferia ela se concentra nos setores primário e terciário.

²² Ao menos era o esperado até a crise do *subprime*. Desde o colapso financeiro provocado nesta situação, estão em discussão novos mecanismos de regulação e controle do sistema financeiro.

A partir dessa caracterização geral, os agentes se relacionam com sua moeda de acordo com sua posição em termos regionais. Assim, haverá uma tendência de maior preferência pela liquidez na periferia em relação ao centro. Isto se reflete na maior incerteza (ativando na função preferência pela liquidez os motivos precaução e especulação) em que as economias periféricas estão inseridas, derivados dos arranjos institucionais menos desenvolvidos (motivo precaução e transação). De tal modo, pode-se destacar que a criação dos meios de pagamentos nessas economias será problemática, conseqüência dos menores multiplicadores, já que a preferência pela liquidez dos agentes é maior na periferia. Os multiplicadores regionais são fortemente influenciados pelos vazamentos no fluxo financeiro destas regiões. Estes vazamentos podem ser de origem financeira ou real, conta de capitais e balança comercial respectivamente. O problema é que estes dois fatores tendem a drenar depósitos e, por conseqüência, liquidez das regiões menos desenvolvidas para as regiões com menores riscos, ou seja, mais desenvolvidas. Assim sendo, os agentes demandam ativos mais líquidos na periferia do que no centro (AMADO, 2006)²³.

Assumindo que o aumento da preferência pela liquidez é a primeira barreira a decisão de investir, o processo de crescimento da periferia já seria comprometido por um limite de liquidez, da mesma maneira que o crescimento do centro seria favorecido, o que amplia a distância de desenvolvimento entre as regiões. (AMADO, 1998).

O problema da incerteza, ao contrário do risco, impede que a teoria de probabilidades tradicional seja usada para direcionar o processo decisório, assim, os agentes têm que usar outros mecanismos para formar suas expectativas. A utilização de expectativas como base para o investimento está sujeita a intensas flutuações, principalmente no que se refere a economias regionais. Nestas economias, ao analisarmos as expectativas com base em dada situação de desigualdade - uma vez que usaremos o presente como guia para o futuro - estaremos reproduzindo as desigualdades presentes para o futuro (AMADO, 1997). Destarte, os bancos ao verificarem uma situação de estagnação ou crise econômica em determinada região e, ao formarem sua expectativa de que esta situação se propagará no decorrer do tempo, serão menos propensos a conceder crédito nas regiões deprimidas. Soma-se a esta questão a menor quantidade de garantias reais existentes chega-se a um quadro no qual os riscos serão majorados.

²³Portanto, segundo Dow (1982), os bancos lidam com dois tipos de problemas na periferia: a) perdem reservas continuamente para o centro e b) eles perdem mais reservas do que os bancos do centro para o público em geral, já que este tem maior demanda por liquidez. Nestes termos, tanto há problemas com o multiplicador bancário quanto com o multiplicando, e os dois tendem a limitar a criação de liquidez.

Deste modo, os bancos localizados nos territórios centrais, por estarem distante da periferia, possuem menos informações e, conseqüentemente, bases menos sólidas para a formação de expectativas dos projetos na periferia, concedem, assim, menos empréstimos nessas localidades. É com o dever de suprir estas lacunas que os bancos regionais desempenham importante papel, já que estes terão melhores informações sobre os projetos da região onde se encontram, dado que a proximidade do local lhes propicia uma base mais sólida, o que lhes permitirão melhor avaliação na oferta de crédito a esses projetos (CHICK, 2006).

Portanto, os bancos de caráter regional possuem fundamental importância no desenvolvimento das economias periféricas por possuem melhores informações sobre a região onde estão inseridos, reduzindo os riscos e incertezas²⁴.

Contudo, no caso de projetos de empresas que têm suas sedes no centro os bancos em um sistema centralizado podem se ver estimulados a conceder crédito para as regiões periféricas, desde que a volatilidade de informações é menor acarretando em riscos menores²⁵.

Os bancos, assim como todos os agentes, possuem preferência pela liquidez, que é maior quanto mais incerto for o futuro. Destarte, quando a economia está em crescimento, as expectativas se tornam cada vez mais positivas e os bancos passam a adotar posturas cada vez mais abertas à concessão de crédito, mas isso não significa que as instituições financeiras se tornam mais propensas ao risco (PAULA & ALVES JR, 2003).

Nas regiões periféricas onde as informações são menos precisas devido à maior distância entre o centro decisório e a periferia, e o desenvolvimento sócio-econômico é menor, a formação das expectativas positivas dos agentes e dos bancos tende a ser comprometida. Do mesmo modo, a preferência pela liquidez dos agentes econômicos nas regiões periféricas - neste caso possíveis investidores e consumidores - é mais elevada o que significa que os agentes preferem adiar seus investimentos retendo moeda. Assim, a maior aversão ao risco nestas regiões, agrava um círculo vicioso de estagnação econômica, em que

²⁴Para uma análise sobre como um banco de caráter regional ou uma agência de fomento estadual poderia contribuir para o crescimento econômico de uma região ou estado, ver SORGATO e FERREIRA JR (2010).

²⁵Entretanto Amado (2006) destaca que esse tipo de empréstimo acarreta em dois problemas fundamentais: a) esses projetos, normalmente, mantêm elos mais estreitos com a economia da região central e, dessa forma, apresentam maiores coeficientes de importação de projetos da própria região periférica, reduzindo dessa forma, tantos os multiplicadores de renda quanto os multiplicadores bancários; e b) esses projetos tendem a usar com maior intensidade de ativos da região central para especular e, portanto, causam vazamentos na conta de capitais que se refletem num menor multiplicador bancário. Isso posto, observa-se que o favorecimento desses projetos leva a maior perda de reservas por parte do sistema bancário operante na periferia, o que amplia as vantagens comparativas dos bancos com sedes no centro.

os bancos não concedem empréstimos por medo de calote e os agentes econômicos não investem por não conseguirem formar uma expectativa sólida sobre o futuro.

Por fim, as concentrações bancárias, conforme visto anteriormente tem razões próprias em relação à dinâmica monetária, possuindo o poder de ampliar ou de atenuar as desigualdades regionais existentes em determinadas regiões.

3.4 Concentração Bancária: O Caso Brasileiro

Apesar de ser uma linha de pesquisa recente, já existem alguns trabalhos relevantes na literatura brasileira acerca do processo de concentração bancária nacional. Crocco (2003) apresenta alguns *insights* sobre os efeitos negativos dessa consolidação, como o vazamento de depósitos. Jacob (2003), por sua vez, observa que o financiamento via bancos brasileiros não desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico do País, à medida que os bancos preferem fazer operações de tesouraria que são menos arriscadas e mais lucrativas em relação aos empréstimos bancários. Além disso, o mesmo autor destaca a importância dos bancos federais (públicos) em atender as regiões menos desenvolvidas e com maiores riscos, conclusão esta também compartilhada por Lima e Resende (2008).

Cavalcanti, Crocco e Jayme Júnior (2004) destacaram a importância da preferência pela liquidez dos bancos brasileiros e como esta afeta a concessão de crédito em nível regional, ressaltando quanto maior a preferência pela liquidez menor a vontade dos bancos em concederem empréstimos. Almeida (2007) analisa por meio de uma regressão com dados em painel, o efeito da concentração bancária sobre a concessão de crédito, concluindo que as localidades que perderam agências e sedes bancárias foram as que menos se desenvolveram economicamente, tal conclusão é corroborada por Menezes et al (2007) e Freitas e Paula (2010). Bastos e Araujo (2010) mostram a concentração bancária por meio de uma análise de microrregiões concluindo que os bancos centram-se nas regiões mais desenvolvidas, visto que a presença de uma maior densidade populacional e de setores econômicos desenvolvidos serve de atrativos para esses.

O processo de concentração bancária no Brasil iniciou-se em 1988, mas ganhou força a partir de 1990 com a criação dos chamados bancos múltiplos. O surgimento de tais instituições financeiras mudou as características do setor bancário constituído na reforma de 1964, quando o mercado foi segmentado. Todavia, o importante indutor que levou a concentração bancária foi à estabilização dos preços, proveniente da adoção do Plano Real em

1994, extinguindo a principal fonte de rentabilidade do sistema bancário da época – o chamado *floating* bancário²⁶.

No entanto, muitos dos pequenos bancos brasileiros não estavam preparados para este novo cenário macroeconômico²⁷, em que às perdas do *floating* somaram-se as restrições existentes nas operações de crédito²⁸ e elevadas taxas de juros reais, o que ocasionou uma elevação da taxa de inadimplência²⁹. Este panorama adverso resultou no fechamento de vários bancos de menor porte no país, elevando a concentração do setor.

Enquanto estes acontecimentos não afetavam grandes e médios bancos, os quais podiam gerar riscos sistêmicos ao mercado, a estrutura dinâmica do sistema bancário permanecia inalterada. Todavia, foi apenas uma questão de tempo até que bancos de maior porte – a exemplo do Banco Econômico - sentissem os efeitos da reestruturação macroeconômica, como expostos por Rocha (2001) na seguinte passagem:

“As medidas macroeconômicas restritivas sobre juros e crédito, somada à falta de cultura de crédito e de sistemas de avaliação de riscos, já começavam a provocar efeitos sobre a inadimplência, com reflexos nos balanços de pagamentos de bancos, especialmente os varejistas³⁰. Nesse contexto, o Banco Central do Brasil interveio no Banco Econômico, em 1995. Em seguida o Banco Nacional sofreu intervenção” (p. 12).

Desta forma, os bancos tiveram que se adequar às novas regras do jogo, implementando diversas estratégias, como a racionalização de custos, a demissão de empregados, o aumento dos investimentos em automação e o fechamento de agências

²⁶ De acordo com Corazza (2000), entre 1990 e 1993, as receitas da atividade de *floating* chegavam a 4% do PIB nacional, foram reduzidas para 2% em 1994 e para 0,1% em 1995. Daí pode-se ter uma ideia do peso exercido pela *float* nas receitas bancárias.

²⁷ Conforme estudos do BACEN (2010) “se, por um lado, os efeitos do processo inflacionário no Brasil contribuíram para desencadear e manter o fenômeno da transferência de renda de outros segmentos para o financeiro, por outro, fizeram prevalecer também o princípio de que os bancos poderiam sobreviver independentemente de sua capacidade de competir, deixando as questões relacionadas com a estrutura de custos e a eficiência produtiva em segundo plano. Ao mesmo tempo, a qualidade dos serviços prestados também não era objeto de grandes preocupações, uma vez que grande fonte de receitas encontrava-se na coexistência de diferentes indexadores de passivos e ativos”. Em outras palavras, os bancos não estavam preparados para “viver” sem sua injeção diária de inflação (*float*), assim como um viciado não consegue viver sem o consumo diário de drogas ilícitas.

²⁸ De acordo com Freitas *apud* Rocha (2001), no segundo semestre de 1994, os recolhimentos sobre depósitos à vista foram elevados para 100%, sobre depósitos a prazo para 20%, sobre depósitos de poupança para 30%. Posteriormente foram instituídos compulsórios sobre os empréstimos de 15%.

²⁹ Outro fator que elevou a inadimplência foi a falta de competitividade dos setores produtivos (comerciais ou industriais) da economia brasileira frente aos produtos estrangeiros - que se tornaram mais baratas com a forte apreciação cambial da época. Destarte, esses setores, sem ter como manter suas receitas, deixaram de honrar seus compromissos junto aos bancos, elevando a inadimplência.

³⁰ Bancos varejistas são aqueles com grande número de correntistas e agências e que atendem ao público geral.

bancárias, com menor rentabilidade. Como os bancos públicos estaduais passaram por problemas administrativos e os bancos privados perderam sua mais notável fonte de renda, o sistema financeiro nacional foi forçado a atravessar por um intenso processo de reestruturação e consolidação, em sintonia com o que vinha ocorrendo no resto do mundo.

A concentração bancária brasileira pode ser dividida em dois movimentos que acontecem simultaneamente: a) concentração geográfica das agências bancárias; e b) forte movimento de fusões, aquisições e liquidações (ALMEIDA, 2007).

Conforme destacado por Almeida (2007), o movimento de concentração geográfica das agências, está fortemente relacionado aos padrões sinalizados pelas autoridades monetárias e que sofreram forte modificação após a década de 1990. Como ilustração, no início dos anos oitenta do século XX, o Banco Central brasileiro por foco, no tocante a uma política de localização das agências bancárias, propagar a assistência bancária para todos os municípios brasileiros, melhorar a assistência bancária de municípios menos assistidos e efetuar medidas de regionalização bancária.

Para atingir ajudar os bancos a atingirem os objetivos propostos pelo Bacen, este adotou uma série de medidas entre as quais a diminuição no depósito compulsório das agências situadas nas regiões menos favorecidas economicamente “admitiu a redução de até 50% do capital mínimo regulamentar caso o banco comercial concentrasse no mínimo 90% das suas dependências em regiões que abrangessem no máximo três estados limítrofes, num dos quais este banco teria que estar sediado” (CORRÊA, 2006: p. 112).

Estas ações geraram uma maior capilaridade do atendimento bancário, via agências, pelo território nacional. Este tipo de política foi suspensa e, em adição à necessidade dos bancos cortarem custos, devido ao fim do ganho inflacionário, iniciou-se o processo de realocação das agências. (ALMEIDA, 2007). A partir deste momento os bancos começam a expandir seus postos de trabalhos por meio dos chamados correspondentes bancários.

De acordo com os estudos de Corrêa (2006), fusões, aquisições e incorporações foram constantes, principalmente após o surgimento de alguns programas adotados pelo governo: o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), criados em 1995 e 1996 respectivamente, além do Fundo Garantidor de

Crédito (FGC) ³¹. Em 2001 foi criado o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF), onde o Tesouro Nacional assume parte das dívidas dos bancos controlados pelo Governo Federal. Tais programas foram essenciais para alterar o quadro de insolvência e falência que pairava sobre o sistema bancário nacional, principalmente sobre os bancos públicos.

A partir das Tabelas 09 e 10, pode-se observar a forte redução que se deu nos bancos de caráter público com destaque para os bancos estaduais, praticamente deixando de existir, sendo este um reflexo da adoção do PROES. Contudo, não só os bancos públicos sofreram perdas, os bancos privados de caráter nacional tiveram uma brusca queda em seu quantitativo de agências. Já no tocante aos bancos privados de origem internacional, estes tiveram um significativo aumento na sua participação no sistema financeiro brasileiro.

O fato dos bancos estrangeiros não terem sido beneficiado com os ganhos do *floating* bancário representou uma vantagem em relação aos nacionais, o que favoreceu a aquisição destes. Este processo de fusão é evidenciado nos dados da Tabela 10, ou seja, a quantidade de bancos privados sob controle estrangeiro saiu de uma representação total de 10,9% em 1996 para 34,1% em 2010, no mesmo período em que tanto os bancos públicos quanto os privados nacionais reduziram suas participações de 13,9% para 6,33% e de 57,0% para 55,7%, respectivamente. Já os bancos nacionais com participação estrangeira perderam por completo seu *market share* no mercado nacional, saindo de uma representação de 11,3% para 0%, entre 1996 e 2010.

Em suma, entre 1996 e 2010, foram vendidos/fechados/incorporados 71,87% dos bancos públicos e 32,82% dos privados nacionais. Os bancos estrangeiros aumentaram em mais 100% a sua participação no sistema bancário nacional. Observa-se que não só a participação relativa de bancos com controle estrangeiro aumentou, como também a quantidade total de bancos diminuiu, o que corrobora com a hipótese de intenso processo de fusão entre os bancos. Os bancos nacionais, apesar de não terem crescido em termos absolutos no período de 2001-2006, tiveram um crescimento de 7,5 p.p na sua participação relativa no mesmo intervalo, fato este, como já mencionado acima, relacionado à queda total no quantitativo de bancos que saiu de 182 em 2001 para 157 bancos em 2010.

³¹ O Anexo I traz mais informações sobre as instituições que sofreram ajustes após a implementação do Plano Real e dos programas governamentais de saneamento do sistema bancário, entre 1994 e 2004.

Tabela 09: Quantitativo de bancos pela estrutura de capital

Bancos (1)	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Públicos (2)	32	27	22	19	17	15	15	15	14	14	13	13	12	10	9
Privados	198	190	182	175	175	167	152	150	150	147	146	143	147	148	148
- Nacionais	131	118	105	95	91	81	76	78	82	82	81	77	78	88	88
- Nacionais com Part. Estran. (3)	26	23	18	15	14	14	11	10	10	8	9	10	7	0	0
-Controle Estran. (4)	25	33	43	50	57	61	56	53	49	49	48	49	56	54	54
-Estran. (5)	16	16	16	15	13	11	9	9	9	8	8	7	6	6	6
Total	230	217	204	194	192	182	167	165	164	161	159	156	159	158	157

Fonte: Cosif – Banco Central do Brasil – Relatórios de evolução do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

(1) Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixas econômicas.

(2) Inclui caixas econômicas (estaduais, em funcionamento até Jan/1999, e a Caixa Econômica Federal).

(3) Inclui bancos que detêm participação estrangeira.

(4) Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro (exceto filiais).

(5) Filiais de bancos estrangeiros.

Tabela 10: Participação percentual dos bancos pela estrutura de capital

Bancos (1)	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Públicos (2)	13,9	12,4	10,8	9,8	8,9	8,2	9	9,1	8,5	8,7	8,2	8,3	7,5	6,3	5,7
Privados	86,1	87,6	89,2	90,2	91,1	91,8	91	90,9	91,5	91,3	91,8	91,7	92,5	93,7	94,3
-Nacionais	57	54,4	51,5	49	47,4	44,5	45,5	47,3	50	50,9	50,9	49,4	49,1	55,7	56,1
-Nacionais com Participação Estrangeira (3)	11,3	10,6	8,8	7,7	7,3	7,7	6,6	6,1	6,1	5	5,7	6,4	4,4	0	0
-Controle Estrangeiro (4)	10,9	15,2	21,1	25,8	29,7	33,5	33,5	32,1	29,9	30,4	30,2	31,4	35,2	34,2	34,4
-Estrangeiros (5)	7	7,4	7,8	7,7	6,8	6	5,4	5,5	5,5	5	5	4,5	3,8	3,8	3,8

Fonte: Cosif – Bacen – Relatórios de evolução do Sistema Financeiro Nacional (SFN) – Elaboração própria.

(1) Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixas econômicas.

(2) Inclui caixas econômicas (estaduais, em funcionamento até Jan/1999, e a Caixa Econômica Federal).

(3) Inclui bancos que detêm participação estrangeira.

(4) Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro (exceto filiais).

(5) Filiais de bancos estrangeiros.

Um ponto interessante a se observar é a reação prudencial que os bancos privados nacionais passam a demonstrar a partir de 2001, em um possível movimento de compra de bancos estrangeiros. Esta reação se deveu a possibilidade dos grandes bancos nacionais serem comprados ou perderem o domínio que possuem no sistema financeiro nacional. Ademais, a tendência em um mundo globalizado são bancos e firmas ampliarem cada vez mais sua participação no mercado, tornando-se empresas multinacionais³².

Esta nova rodada de aquisições e fusões concentra ainda mais o setor bancário, como pode ser visto no gráfico 01 - o qual analisa a participação no volume de ativos dos maiores bancos presentes no SFN. A participação nos ativos totais dos 5, 10 e 20 maiores bancos aumentou consideravelmente entre 1996 e 2010, o que reforça a tese da concentração bancária existente no SFN. Neste período, a participação dos cinco maiores bancos no total de ativos saiu de 48,7% para 67,00%, enquanto a dos 10 e 20 maiores bancos aumentou 19,6 e 17,6 pontos percentuais, respectivamente. Neste sentido, pode-se concluir que o setor bancário brasileiro é concentrado mercadologicamente, ou seja, é oligopolizado.

Ademais, no período de 2008 para 2010, verifica-se uma grande inflexão na curva de participação dos cinco maiores bancos no total de ativos. Tal fato deve-se a fusão entre os bancos Itaú e Unibanco, criando o primeiro banco nacional em condições de competir globalmente.

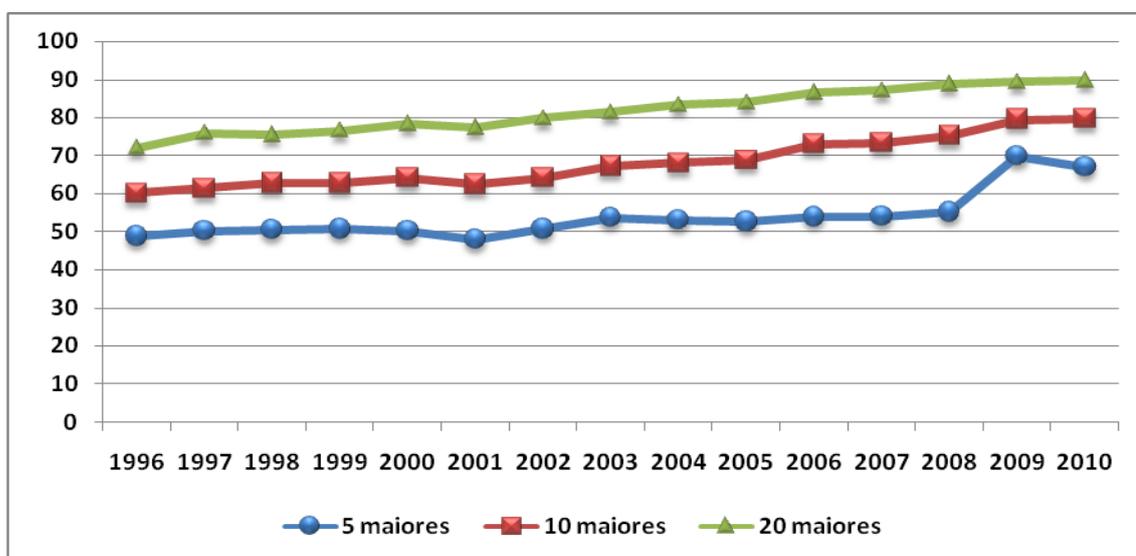


Gráfico 01: Índices de concentração dos 5, 10 e 20 maiores bancos e Caixa Econômica Federal nos ativos totais do segmento bancário entre 1996 e 2010

Fonte: Bacen – Elaboração própria.

³² A fusão entre Itaú e Unibanco, anunciada em 2008 e que formou o maior banco da América Latina, é uma demonstração desta nova visão de mercado dos bancos nacionais, os quais desejam romper os limites territoriais e expandir suas atividades em novas fronteiras.

Em síntese, no ano 2010, 89,6% dos ativos totais estava nas “mãos” dos 20 maiores bancos e os outros 10,4% dos ativos distribuídos entre os 138 bancos restantes, o que confirma o grau de oligopolização do setor bancário brasileiro. No caso dos bancos menores, estão sendo gradativamente adquiridos pelos maiores ou sobrevivem em nichos específicos de mercado.

4 REFERENCIAL METODOLÓGICO

4.1 Abordagens Metodológicas

O estudo em questão baseia-se na coleta de dados quantitativos secundários e em análises de estatística descritiva e econométrica. Também foi realizada uma revisão bibliográfica de livros, artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a concentração bancária e o vazamento de depósitos, bem como sobre a importância da moeda na economia.

Para a coleta dos dados financeiros foi utilizada a base estatística do Banco Central do Brasil – disponível no *site* do BACEN – em que são apresentadas informações sobre concentração bancária. Também foi utilizado o *software* SISBACEN – disponível no sítio virtual do BACEN – no qual foi possível coletar os dados acerca do volume de crédito (empréstimos), depósitos à vista do governo, depósitos à vista do setor privado, depósitos de poupança, depósitos a prazo e obrigações por receber de bancos comerciais e múltiplos. A partir daí verificou-se o vazamento de depósitos bancários. No mesmo *software*, foram coletados os dados a respeito dos municípios desassistidos de agências bancárias.

Trabalhando os dados de depósitos e de crédito pode-se chegar a uma *proxy* da preferência por liquidez tanto dos agentes econômicos (consumidores/investidores) quanto dos bancos. Para tanto foram utilizados os indicadores de preferência pela liquidez do público (PLP) e dos bancos (PLB), metodologia elaborada pelos pesquisadores ligados ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar), que serve para medir o comportamento dos bancos e do público em relação à alocação de seus ativos de curto e longo prazo diante do cenário macroeconômico presente³³.

A conta operações de crédito, referente aos empréstimos, reflete a parte dos ativos dos bancos que possui baixa liquidez. As contas depósito a vista, poupança e depósitos a prazo pertencem ao passivo do balanço dos bancos e proporcionam a percepção do comportamento do público em geral, tendo os bancos como intermediários. O público toma suas decisões de

³³ No volume de estoque de crédito estão presentes as seguintes variáveis: Empréstimos e títulos descontados, financiamentos, financiamentos rurais agricultura e pecuária – custeio e investimento, financiamentos rurais agricultura e pecuária – comercialização, financiamentos agroindustriais, financiamentos imobiliários, outros créditos, provisão para créditos em liquidação e operações especiais. Por sua vez, o volume de estoque de depósitos à vista está composto da seguinte forma: Depósitos à vista do governo (serviços públicos, atividades empresariais e especiais do tesouro nacional) e depósitos à vista do setor privado (pessoas físicas, pessoas jurídicas, instituições financeiras, obrigatórios, para investimento, vinculados, demais depósitos, saldos credores em contas de empréstimos e financiamentos).

alocação de ativos entre as contas apresentadas acima, considerando o grau de incerteza e o volume de informações disponíveis nas regiões, segundo o arcabouço teórico pós-keynesiano. A decisão de portfólio está entre ficar com ativos mais líquidos e de menor retorno financeiro, em caso de maior grau de incerteza econômica, ou de menor liquidez e maior rendimento financeiro, caso o cenário econômico se mostre mais confiável. Tenta-se aferir esse comportamento por meio do índice de preferência pela liquidez do público, calculado pela seguinte fórmula (Crocco, 2006).

$$PLP = \frac{DVp + DVg}{DT}$$

DVp = depósitos à vista privado

DVg = depósitos à vista do governo

DT= depósitos totais (incluem depósitos à vista, privado e do governo, depósitos a prazo e poupança).

Deste modo, quanto maior for esse índice, maior será a preferência pela liquidez do público, pois alocará a maior parte de seus recursos em ativos mais líquidos, por vezes de menor rentabilidade.

Com relação ao índice de preferência pela liquidez dos bancos (PLB), a idéia principal é analisar o comportamento do setor financeiro no cenário brasileiro com foco na região nordestina.

Esse índice visa captar como o sistema bancário aloca seus recursos entre ativos de maior ou menor liquidez, levando em conta o grau de desenvolvimento da região onde se encontra. As contas utilizadas para originar o índice foram: i) operações de crédito, que em certo grau representam a disposição do sistema bancário em emprestar dinheiro (ou tornar seus ativos menos líquidos); e ii) depósitos à vista, que representam o intuito do público em manter seus ativos mais líquidos possíveis. O uso dessas contas é uma forma de medir como os bancos gerenciam seus balancetes e sua preferência pela liquidez, tornando seus ativos mais ou menos líquidos segundo a característica econômica da região a que pertencem, por meio do balanço entre o item do seu passivo de maior liquidez (depósito à vista) e o item de seu ativo de menor liquidez (operações de crédito). (Crocco, 2006)

A fórmula da PLB seria então:

$$PLB = \frac{DVp + DVg}{OC}$$

DVp = depósitos à vista privado

DVg = depósitos à vista do governo

OC = Operações de crédito

Do mesmo modo que a preferência pela liquidez do público, quanto maior o índice, maior a preferência pela liquidez dos bancos e menor a disposição dos mesmos a realizar empréstimos.

Assim, como já discutido anteriormente, espera-se que em regiões menos desenvolvidas a PLP seja mais elevada, com o público retendo sua moeda em ativos mais líquidos já que a região apresenta um menor grau de desenvolvimento econômico. De forma semelhante, espera-se que a PLB seja mais elevada nas regiões menos desenvolvidas, uma vez que o menor desempenho econômico da região reduz a disposição dos bancos em conceder empréstimos.

A situação oposta, em que tanto a preferência pela liquidez dos bancos quanto a do público são baixas, certamente favorecerá o crescimento econômico da região detentora destes índices. O contrário, como já assinalado, também é válido, ou seja, o território que apresenta altos índices de preferência pela liquidez terá grande dificuldade financiar o seu processo de desenvolvimento, já que o público não realiza investimentos de risco, por consequência de menor liquidez, e os bancos não emprestam recursos com facilidade. Neste sentido, o sistema não é suprido do crédito necessário para o seu desenvolvimento.

No tocante as transações internas do setor bancário, o movimento de depósitos gerados em uma região e transferidos para outra, em geral com melhores expectativas, caracteriza um vazamento de depósitos. Em tal vazamento a região exportadora de depósitos tem sua capacidade de gerar empréstimos reduzida. A situação inversa caracteriza uma região importadora de depósitos, onde o volume de créditos concedidos é ampliado por meio da captação de depósitos em outras localidades.

Assim como o processo de concentração bancária, os estudos acerca da importância das variáveis financeiras no sistema econômico, os trabalhos sobre os vazamentos de depósitos ainda são incipientes. Deste modo, existem algumas metodologias que tratam do tema.

O primeiro método baseia-se nos dados de intermediação financeira adotado pelo IBGE na elaboração do seu sistema de contas nacionais. Tal variável demonstra onde se concentram as transferências financeiras entre as regiões.

Outro método usado para aferir o vazamento de depósitos foi constatado por Crocco (2003) e demonstrado de forma gráfica por Almeida (2007). O autor leva em consideração a participação relativa dos volumes de créditos e depósitos utilizados e captados em cada região em nível nacional. Deste modo, quando a participação relativa no volume dos depósitos está acima da participação relativa dos créditos ocorre o movimento de vazamento de depósitos. O contrário, quando a participação do depósito está abaixo da participação dos créditos conceitua uma importação de depósitos.

Por fim, o trabalho desenvolvido pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE (2010) estima uma *proxy* perda ou ganhos decorrentes do processo de vazamento de crédito, por meio de uma fórmula simples, sendo:

- a) Saldo das operações de crédito
- b) Relação Depósitos/Operações de Crédito
- c) Estimativa de ganho/perda $\rightarrow (c) = (b - 1) * (a)$

Nesta dissertação serão utilizadas as metodologias de Crocco (2003) e do ETENE (2010), supracitadas, para realizar o *check-up* da influência dos vazamentos de fluxos financeiros do Nordeste e compará-los com as demais regiões brasileiras, verificando as implicações desse fenômeno para a economia nordestina.

4.2 Modelo Econométrico

A fim de verificar os condicionantes do vazamento de depósitos, será realizada uma regressão econométrica. A análise terá como base os nove estados que compõe a região nordeste. Ou seja, será feita uma apreciação com fundamento nos estados nordestinos.

A série temporal usada é considerada pequena, 2001 a 2010. Neste sentido, será utilizado o método conhecido como análise de dados em painel, o qual pode ser definido, grosso modo, como a junção de dados *cross-section* e séries temporais. Ademais, este tipo de ferramental é extremamente útil quando a série de dados é curta (WOOLDRIDGE, 2006). Para desenvolver o cálculo das regressões foi utilizado o *software* estatístico Stata 9.1.

O método de painel possui algumas vantagens e desvantagens em sua aplicação. Baltagi (2005) e Gujarati (2006) citam como vantagem: a) maior utilidade no estudo de ajustamentos dinâmico, apesar de se ter usado um método estático neste trabalho; b) dados com maior confiabilidade, por conta de maior variabilidade, menor colinearidade entre as variáveis, maior grau de liberdade; c) identifica e mensura efeitos não detectáveis em análises de série temporal ou *cross-section*; d) controle de heterogeneidade individual; e) construção e testes de modelos comportamentais mais complexos.

Como desvantagens para o uso do teste são apontados, Baltagi (2005), quatro possíveis problemas: i) pequena dimensão de série; ii) distorção na mensuração dos erros; iii) problemas com coleta de dados; e iv) problemas de dimensão. Deve-se ressaltar que estes empecilhos são complicadores em qualquer tipo de análise econométrica.

Para fins de análise, foram rodados dois modelos de regressão, um com efeitos fixos e outro com efeitos aleatórios. Os modelos de efeito fixo correspondem à introdução de uma variável categórica para representar as unidades observadas, enquanto que nos modelos de efeito aleatório o intercepto é suposto ser aleatório, sendo descrito por uma distribuição de probabilidade, ou seja, o tamanho do efeito populacional é uma variável aleatoriamente distribuída com média e variância próprias. Para a escolha definitiva entre os dois modelos que serão adotados é utilizado o teste de Hausman.

Em relação à série utilizada para o modelo, foi escolhida a década de 2000 para análise (2001-2010). Como o sentido da pesquisa é explicar o vazamento de depósitos e este é intensificado com o processo de concentração bancária, consolidado durante os últimos anos

da década de 1990, foi selecionado um período no qual tal concentração estivesse evidente. Ademais, como será visto no tópico a seguir, entre os anos de 1994-1999 o nordeste brasileiro era importador líquido de depósitos, mas vinha reduzindo estes ganhos de importação. A partir do ano de 2000 a região passa apresentar um evidente processo de vazamento de depósitos e é este o fenômeno a ser analisado na dissertação. Por fim, como no ano de 2000 nem todos os estados da região nordestina eram exportadores de depósito, decidiu-se iniciar a análise pelo ano de 2001, a partir deste ano, se observa vazamento em todas as unidades federativas do nordeste, foco deste trabalho.

Neste contexto, e tendo como base os argumentos teóricos já citados no trabalho, foi construído o modelo a seguir:

$$\ln VAZ_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln PLB_{it} + \beta_2 \ln AG_{it} + U_{it}$$

Onde,

$\ln VAZ_{it}$: *proxy* de vazamento de depósitos nas UF_i nos anos t ;

$\ln PLB_{it}$: Preferência pela liquidez dos bancos nas UF_i nos anos t ;

$\ln AG_{it}$: Quantidade de agências bancárias nas UF_i nos anos t ;

U_t : Componente sistemático dos erros.

Como visto, o modelo está na forma logarítmica o que permitirá a obtenção da sensibilidade do vazamento de depósitos em relação a cada uma das variáveis independentes, permitindo verificar a importância de cada uma para a ocorrência desse fenômeno.

A variável vazamento de depósitos é uma *proxy* calculada utilizando a metodologia desenvolvida pela ETENE (2010). Para tanto são relacionados os fluxos de operações de créditos e do saldo de depósitos, obtidos pelas Estatísticas Bancárias Mensais do Bacen para cada Estado nordestino durante os anos de 2001 a 2010.

A variável preferência por liquidez dos bancos foi obtida por meio de metodologia adotada por Crocco (2006) explicada no tópico metodológico anterior. De acordo com a teoria pós-keynesiana, espera-se que uma maior PLB nas regiões menos desenvolvidas, onde os

bancos são mais cautelosos acerca da dinâmica econômica local, reforce o fenômeno do vazamento de depósitos apresentando assim uma relação positiva entre estas duas variáveis.

Já a variável quantidade de agências bancárias, usada como proxy da concentração bancária espacial, foi obtida no *software* Sisbacen e o efeito dela sobre o vazamento pode ser ambíguo. Ao aumentar a quantidade de agências, em tese, a quantidade de operações de crédito pode ser expandida. Em territórios com elevada preferência por liquidez dos bancos, novas agências serviriam mais para captar novos depósitos e transferir estes recursos para outros lugares do que para gerar novos empréstimos. Destarte, o efeito esperado dessa variável sobre o vazamento pode ser tanto positivo quanto negativo.

Vale ressaltar que a variável PLP não foi utilizada na regressão por essa não apresentar compatibilidade com o termo dependente estudado. Em outras palavras, a alteração da preferência por liquidez do público não afeta diretamente o vazamento de depósitos, pois a transferência de fluxos financeiros depende, na sua maior totalidade, das estratégias adotadas pelos bancos. Neste sentido, o público pode até mudar sua liquidez, mas se os bancos não se sentirem seguros quanto ao cenário econômico podem alocar seus ativos em portfólios mais seguros, independente da preferência por liquidez do público. Assim, em termos de preferência por liquidez apenas a dos bancos tende a influenciar os vazamentos.

5 VAZAMENTO DE DEPÓSITOS E DESIGUALDADE FINANCEIRA REGIONAL: O CASO DO NORDESTE BRASILEIRO

Os tópicos anteriores da dissertação mostraram como se desenvolveu a concentração bancária e alguns efeitos desta para o Brasil. Entretanto, quais as consequências desta concentração para as diversas regiões brasileiras, principalmente no que tange as menos desenvolvidas?

Os próximos tópicos do trabalho visam esclarecer estas consequências, tendo como foco a região Nordeste do país e as implicações decorrentes do processo de concentração bancária neste território.

5.1 Concentração Bancária e Vazamento de Depósitos no Nordeste

A distribuição regional das agências bancárias evidencia um caso de desigualdade financeira entre as regiões desenvolvidas e em desenvolvimento. O gráfico nº 02, a seguir, exhibe o número de agências bancárias por região no período de 1994 a 2010, no qual podemos constatar a grande concentração que há neste período nas regiões desenvolvidas - mais especificamente no Sudeste - que passa de 50,57% em 1994 para 54,67% em 2010. Com a estabilização dos preços, em meados dos anos 90, esse padrão foi intensificado a partir do fechamento de várias agências, principalmente nas regiões Nordeste e Sul, em virtude, como discutido anteriormente, das perdas de receitas oriundas do *float* bancário. As regiões Norte e Centro-Oeste também sofreram os efeitos do enxugamento da estrutura bancária, mas em menor proporção. De maneira geral, o movimento foi de “migração” das agências para regiões mais dinâmicas, onde as informações eram de melhor qualidade e os riscos menores, alavancando maiores volumes de empréstimos e, conseqüentemente, lucros.

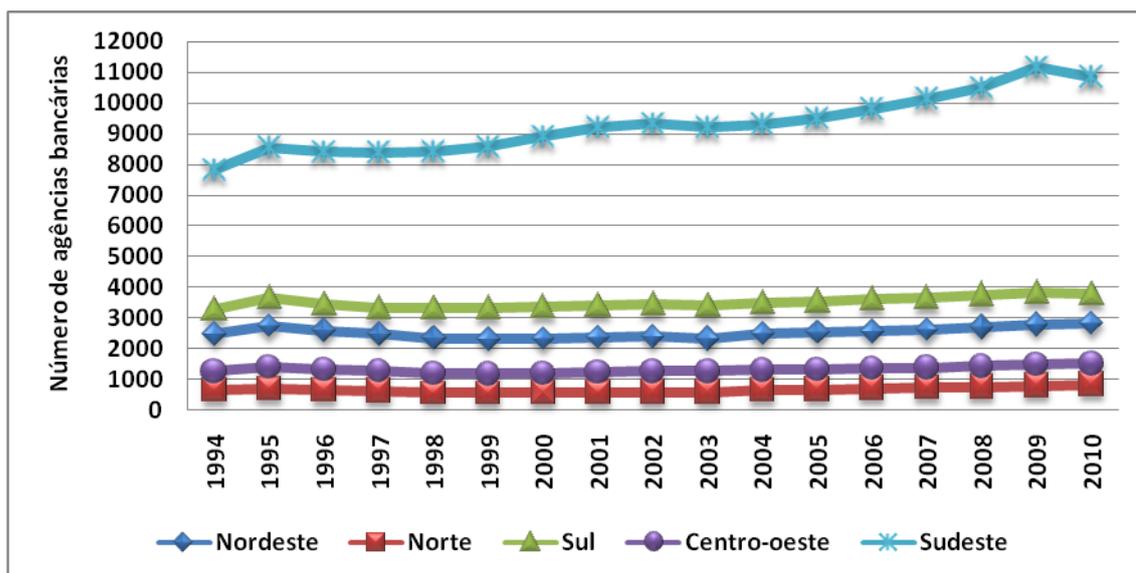


Gráfico 02: Distribuição das agências bancárias por regiões – 1994 a 2010³⁴

Fonte: SISBACEN – Elaboração própria.

Para enfrentar os problemas gerados pelo fim do *floating* bancário, os bancos da região mais desenvolvida foram obrigados a expandir suas atividades para que não fossem absorvidos por outros bancos. Os bancos regionais, por estarem em uma região de menor dinamismo e por não possuírem tanto poder de mercado, foram absorvidos. Neste contexto podemos destacar a compra do Banco Econômico pelo Excel, do Banorte pelo Bandeirantes e do Bamerindus pelo HSBC³⁵. Este movimento é observado no gráfico anterior, no qual o número de agências aumenta na região mais próspera do país, intensificando o grau de concentração existente na mesma.

O simples processo de aquisição poderia não significar muita diferença no desenvolvimento de determinada região. Entretanto, a mudança do centro decisório, restringe a disponibilidade de informações. Assim, os bancos dos centros mais desenvolvidos, por possuírem maiores informações sobre as regiões onde estão localizadas suas sedes, por consequência menores riscos e incertezas, tendem a sugar os fluxos financeiros das regiões periféricas. Em alguns casos, os bancos absorvidos perdem sua característica de desenvolvimento regional e tem seu foco de atuação redirecionado para as regiões centrais, onde podem gerar maiores lucros para os detentores de seu capital. É lógico assumir que o

³⁴ Dados do SISBACEN, levando em consideração o mês de dezembro de cada ano como referência.

³⁵ Na compra do Bamerindus pelo HSBC podemos identificar um efeito claro “O interesse do HSBC em um banco de caráter regional centrado na Região Sul não parece ser mero acaso, especialmente após recentes discussões sobre unificação monetária com o Mercosul”. (AMADO, 2006) Desta maneira, o banco estaria mudando sua área de atuação, antes de Sul, Norte e Centro-Oeste para região Sul, Sudeste e Mercosul.

processo de concentração levará os administradores dos bancos regionais a redirecionar suas atividades para regiões onde possuam vantagens comparativas.

Os dados da tabela 11 registram o movimento migratório das agências bancárias. Quando se analisa o início da década de noventa do século passado, o percentual de municípios desassistidos por agências no Brasil é de 25,87% enquanto no final de 2010 este número chega a 35,33%. Nota-se que em todas as regiões o grau de concentração bancária aumentou, desta maneira, cresce o número de municípios que não possuem agência bancária.

Em 1990, tanto o Sul quanto o Sudeste apresentavam cerca de 11% de seus municípios desassistidos, nas regiões Norte e Nordeste os percentuais era de 50,70% e 43,26%, respectivamente. Já para o ano de 2010 estes percentuais se elevam, sendo que o Sul passa a ter 21,46% e o Sudeste 22,60% de suas cidades sem agências bancárias, enquanto o Norte e Nordeste passam a ter mais da metade de seus municípios sem acesso a estes estabelecimentos.

Tabela 11: Percentual de municípios desassistidos por agências bancárias por região em anos selecionados

Regiões	1990	1994	2000	2005	2008	2010
Sudeste	11,40	20,49	23,37	24,13	23,85	22,60
Sul	11,10	22,56	31,22	28,76	30,05	21,46
Centro-Oeste	21,16	25,79	38,27	38,57	38,11	35,35
Norte	50,70	56,12	68,96	58,09	57,33	52,34
Nordeste	43,26	44,61	59,63	52,03	52,92	52,06
Total Brasil	25,87	31,97	41,66	38,08	38,44	35,33

Fonte: Bacen – Elaboração própria

A partir de 1994 o nível de concentração das agências bancárias é ampliado e a desigualdade se expande. Embora as regiões Sul e Sudeste tenham tido o aumento mais significativo de municípios sem agências bancárias, as mesmas continuam sendo as regiões onde a maior parte de seu território é atendido por, ao menos, uma agência, fato este relacionado à maior dinâmica econômica que possuem.

Portanto, a partir dos dados da tabela 11 duas implicações negativas podem ser apontadas: i) a maior concentração territorial das agências torna o acesso ao serviço financeiro mais escasso e custoso para a população que mora longe do centro financeiro; e ii) com a menor captação de recursos, a base monetária dos bancos é menor, o que pode reduzir o volume de empréstimos a ser concedido, principalmente nas regiões mais desassistidas de unidades bancárias.

No entanto, a disponibilidade dos serviços bancários não representa, por si só, garantia de fácil acesso ao crédito no município. Isto se deve aos problemas de riscos e incertezas fortemente presentes nestes locais. Assim, os depósitos feitos em uma região acabam sendo utilizados em outra, o que caracteriza o problema de vazamento de fluxos reais ou financeiros.

A expansão das agências bancárias no Sudeste influencia diretamente no volume de crédito concedido nesta região em detrimento das demais, conforme mostrado na tabela 12 abaixo. Esta corrobora a ideia de que a concentração bancária ocorrida a partir de 1994 levou ao evidente aumento da concentração de crédito na região mais rica do País (Sudeste). Em outras palavras, em quase todo o período analisado o Sudeste concentrou mais de 60% do total de crédito concedido no país, atingindo picos nos quais deteve 73% do volume total ofertado. No que tange as regiões Sul, Centro-oeste e Norte mantiveram praticamente constantes suas participações no total de crédito ofertado, enquanto que a região Nordeste registrou perda considerável em sua participação no período em análise. Pode-se inferir dos dados abaixo que o Nordeste contribuiu com $\frac{3}{4}$ para o aumento da participação da região Sudeste no crédito ofertado em nível nacional.

Tabela 12: Índice de concentração de crédito por Região

Ano/ Região	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Norte
1994	0,10	0,64	0,14	0,11	0,01
1995	0,11	0,61	0,15	0,12	0,01
1996	0,08	0,67	0,13	0,08	0,04
1997	0,14	0,59	0,13	0,12	0,02
1998	0,10	0,63	0,13	0,12	0,02
1999	0,09	0,64	0,13	0,13	0,01
2000	0,08	0,66	0,12	0,13	0,01
2001	0,06	0,72	0,11	0,10	0,01
2002	0,06	0,73	0,12	0,08	0,01
2003	0,06	0,71	0,13	0,09	0,01
2004	0,06	0,70	0,14	0,09	0,01
2005	0,06	0,70	0,13	0,09	0,02
2006	0,06	0,70	0,13	0,09	0,02
2007	0,06	0,72	0,12	0,08	0,02
2008	0,06	0,69	0,13	0,10	0,02
2009	0,07	0,68	0,13	0,11	0,02
2010	0,07	0,67	0,13	0,11	0,02

Fonte: Banco Central do Brasil – Elaboração própria, dados relativos aos meses de dezembro de cada ano.

Outro fato importante a salientar diz respeito a oferta de crédito em nível regional na recente crise econômica (2008-2010). Neste período o crédito diminuiu na região Sudeste do

país e cresceu nas demais. Por ser a principal região econômica do País, o Sudeste sofreu os efeitos diretos da crise, visto que possui conexões mercadológicas e financeiras em maior volume e intensidade do que as demais regiões, ou seja, em momento de crise os efeitos negativos são rapidamente captados nesta região, explicando assim a contração do volume de crédito.

A tabela 13 mostra o volume de crédito concedido na região Nordeste entre 2004-2010. Nota-se que o crédito, como um todo, cresceu, nominalmente, 342,23% no período analisado, enquanto o crédito as pessoas físicas cresceu 499,32% e o crédito as pessoas jurídicas 268,01%. Ocorre um processo de equalização na economia nordestina, no qual a proporção do crédito destinado as pessoas físicas, que em 2004 representava apenas 32,09% do total, passou para 43,48% em 2010, ou seja, uma evolução de 11,39 pontos percentuais.

Tabela 13: Créditos concedidos no Nordeste (em R\$ milhões – valores correntes) - 2004 a 2010

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Pessoas Físicas	138.268	190.964	260.870	364.626	513.586	645.196	828.667
Pessoas Jurídicas	292.608	317.933	377.482	438.378	600.103	812.885	1.076.815
Total	430.876	508.897	638.352	803.004	1.113.689	1.458.081	1.905.482

Fonte: Banco Central do Brasil – Elaboração do autor

É constatado o crescimento do crédito na região, entretanto, são os empréstimos para consumo (pessoa física) que mais se fortaleceram neste período, conquanto a participação do crédito produtivo perdeu participação no intervalo. Tal fato é um dos motivos explicadores da grande expansão do comércio varejista no território nordestino.

Ademais, além de concentrado, o crédito concedido nas regiões menos desenvolvidas é em grande parte proveniente do setor público, conforme mostra a tabela 14. A Região Sudeste, que durante toda a série mostrada na tabela 12 concentra mais de 58% do volume de total crédito concedido no país, possui forte predominância dos bancos privados na concessão do seu volume de empréstimos, respondendo estes bancos, em média, por mais de 60% do crédito realizado nesta região, sendo que em 2010 o setor privado foi responsável por 78,15% do crédito concedido.

Em contrapartida, os bancos privados possuem uma menor participação na concessão de crédito nas demais regiões brasileiras. Em tais localidades a liderança é dos bancos públicos emprestando os recursos necessários para fomentar o investimento e consumo das regiões menos dinâmicas. A região centro-oeste, por ser a sede dos principais bancos federais, é a que apresenta maior dependência dos bancos públicos. O norte e nordeste brasileiro

apresentam uma situação parecida entre si, sendo os bancos públicos responsáveis por aproximadamente 60% do crédito concedido nessas regiões. Por sua vez, o sul do Brasil tem apresentado oscilações entre a participação dos bancos públicos e privados no total de suas operações de crédito.

Tabela 14: Participação das regiões no volume de crédito concedido nacionalmente e participação dos bancos públicos e privados na concessão de crédito regional^{36*}.

Ano	Bancos	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
2001	Participação Nacional	1,82%	7,95%	65,36%	8,53%	16,34%
	(%) Privado	37,65%	39,41%	73,24%	29,80%	48,74%
	(%) Público	62,35%	60,59%	26,76%	70,20%	51,26%
2002	Participação Nacional	2,01%	8,06%	62,95%	9,38%	17,60%
	(%) Privado	43,35%	43,29%	70,06%	29,10%	49,19%
	(%) Público	56,65%	56,71%	29,94%	70,90%	50,81%
2003	Participação Nacional	2,32%	8,17%	61,01%	10,15%	18,34%
	(%) Privado	37,53%	41,08%	67,97%	28,35%	44,98%
	(%) Público	62,47%	58,92%	32,03%	71,65%	55,02%
2004	Participação Nacional	2,64%	8,17%	58,76%	10,97%	19,45%
	(%) Privado	37,92%	41,32%	69,02%	29,14%	47,89%
	(%) Público	62,08%	58,68%	30,98%	70,86%	52,11%
2005	Participação Nacional	2,71%	8,25%	58,39%	10,38%	20,28%
	(%) Privado	43,55%	44,32%	69,03%	32,81%	50,71%
	(%) Público	56,45%	55,68%	30,97%	67,19%	49,29%
2006	Participação Nacional	2,62%	8,05%	61,56%	9,42%	18,35%
	(%) Privado	43,59%	44,84%	70,30%	33,76%	47,96%
	(%) Público	56,41%	55,16%	29,70%	66,24%	52,04%
2007	Participação Nacional	2,62%	8,24%	62,73%	9,13%	17,28%
	(%) Privado	45,13%	46,56%	72,30%	35,17%	48,53%
	(%) Público	54,87%	53,44%	27,70%	64,83%	51,47%
2008	Participação Nacional	2,51%	8,11%	63,32%	9,61%	16,44%
	(%) Privado	43,23%	42,87%	67,88%	31,41%	47,89%
	(%) Público	56,77%	57,13%	32,12%	68,59%	52,11%
2009	Participação Nacional	2,65%	8,19%	65,58%	8,24%	15,34%
	(%) Privado	30,35%	29,49%	60,11%	27,18%	39,90%
	(%) Público	69,65%	70,51%	39,89%	72,82%	60,10%

³⁶ Para o cálculo dos índices foram considerados apenas o último trimestre de cada ano dos 10 maiores bancos por volume de ativos presentes no território brasileiro. Vale ressaltar que estes bancos concentram quase 80% dos ativos de todo o sistema bancário nacional. Deste modo, os valores encontrados podem ser considerados bem representativos para o sistema com um todo. Neste sentido, para bancos públicos foram considerados: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Em relação aos bancos privados foram escolhidos: Bradesco, Itaú, Santander, HSBC, Unibanco, ABN AMRO, Safra e Citibank. Além disso, os bancos que foram comprados ou fundidos com outros tiveram seus valores adicionados apenas nos anos posteriores as devidas ações.

	Participação Nacional	2,77%	8,67%	60,90%	11,07%	16,60%
2010	(%) Privado	31,42%	31,86%	60,88%	21,85%	42,69%
	(%) Público	68,58%	68,14%	39,12%	78,15%	57,31%

Fonte: Bacen – Elaboração própria

* Participação em relação aos 10 maiores bancos atuantes no país, dados disponíveis apenas a partir de 2001.

A mesma relação de segmentação ocorrida ao conceder crédito, também acontece para o volume de depósitos, conforme mostra a tabela 15. A maior parte dos depósitos feitos no Sudeste brasileiro é proveniente dos bancos privados, enquanto que para as demais regiões os bancos públicos são os principais responsáveis pela captação de depósitos. Relacionando as duas tabelas verifica-se que uma região com maior captação de depósitos de bancos privados concede mais crédito via setor privado e vice-versa.

Tabela 15: Participação das regiões no volume de depósitos feitos nacionalmente e participação dos bancos públicos e privados neste volume^{37*}.

Ano	Bancos	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
2001	Participação Nacional	2,17%	10,16%	62,17%	9,95%	15,54%
	(%) Privado	26,57%	24,74%	52,54%	11,53%	36,99%
	(%) Público	73,43%	75,26%	47,46%	88,47%	63,01%
2002	Participação Nacional	2,28%	10,34%	60,92%	10,16%	16,29%
	(%) Privado	37,12%	28,72%	55,54%	14,47%	40,51%
	(%) Público	62,88%	71,28%	44,46%	85,53%	59,49%
2003	Participação Nacional	2,27%	10,37%	60,35%	10,97%	16,05%
	(%) Privado	37,21%	30,08%	54,70%	13,62%	39,79%
	(%) Público	62,79%	69,92%	45,30%	86,38%	60,21%
2004	Participação Nacional	2,18%	9,96%	61,59%	10,40%	15,87%
	(%) Privado	40,47%	30,87%	61,05%	15,44%	45,69%
	(%) Público	59,53%	69,13%	38,95%	84,56%	54,31%
2005	Participação Nacional	2,21%	9,99%	61,04%	11,10%	15,65%
	(%) Privado	38,12%	30,26%	61,87%	13,76%	45,32%
	(%) Público	61,88%	69,74%	38,13%	86,24%	54,68%
2006	Participação Nacional	2,18%	9,96%	60,81%	11,65%	15,40%
	(%) Privado	38,82%	32,85%	64,13%	14,15%	47,54%
	(%) Público	61,18%	67,15%	35,87%	85,85%	52,46%
2007	Participação Nacional	2,31%	10,09%	60,88%	11,00%	15,72%
	(%) Privado	41,27%	32,98%	64,78%	15,43%	46,75%
	(%) Público	58,73%	67,02%	35,22%	84,57%	53,25%
2008	Participação Nacional	2,16%	9,44%	63,46%	8,93%	16,00%
	(%) Privado	39,62%	32,85%	66,83%	17,15%	47,92%

³⁷ Forma o grupo depósitos os seguintes itens: depósitos a vista, depósitos a prazo e depósitos em poupança.

	(%) Público	60,38%	67,15%	33,17%	82,85%	52,08%
2009	Participação Nacional	2,10%	9,47%	64,78%	7,69%	15,96%
	(%) Privado	35,77%	30,07%	60,56%	18,35%	47,03%
2010	(%) Público	64,23%	69,93%	39,44%	81,65%	52,97%
	Participação Nacional	2,28%	10,09%	64,12%	6,99%	16,52%
	(%) Privado	36,97%	31,89%	58,38%	22,62%	44,80%
	(%) Público	63,03%	68,11%	41,62%	77,38%	55,20%

Fonte: Bacen – Elaboração própria

* Participação em relação aos 10 maiores bancos atuantes no país, dados disponíveis apenas a partir de 2001.

Todavia, os evidentes pesos diferenciados dos bancos públicos e privados nas diferentes regiões do Brasil traduz estratégias e condutas específicas. Os bancos privados são movidos pela maximização de seus lucros, o que se reflete na distribuição de suas operações de crédito nas diversas regiões do país. Deste modo, a região central brasileira – o Sudeste – por apresentar melhores indicadores socioeconômicos e, por conseguinte, menor risco, é contemplada com maior oferta de crédito por parte dos bancos privados.

Deve-se ressaltar, ainda, que esta postura do sistema bancário privado é perfeitamente compatível com a lógica da acumulação de riqueza privada. A obtenção de lucros cada vez maiores é considerado um fator de eficiência. Contudo, apesar de eficiente, esta instituição é disfuncional à medida que sua operação não contribui para que se alcancem certos objetivos desejados pela sociedade, como o financiamento para o desenvolvimento (CARVALHO, 2005). Por outro lado, os bancos públicos assumem um papel de indutor do desenvolvimento no âmbito do setor financeiro, focando grande parte de seus recursos nas localidades menos desenvolvidas.

Ademais, a explicação para esta menor concentração das operações de crédito dos bancos privados nas regiões menos desenvolvidas pode estar no diferencial de preferência por liquidez em nível inter-regional. Como já apontado anteriormente, o referencial teórico pós-keynesiano contribui para estabelecer uma correlação inversa entre níveis de preferência pela liquidez e desenvolvimento regional. Os índices apresentados na tabela 16 – para os anos de 1994 a 2010 – corroboram esta hipótese ao demonstrar que em nível regional a PLP, em média, manteve-se para os casos do Nordeste e Norte acima da observada para as demais regiões do país.

Tabela 16: Preferência pela liquidez do público (PLP) nas regiões brasileiras

Ano	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Norte	Brasil
1994	0,23	0,12	0,16	0,15	0,54	0,14
1995	0,17	0,08	0,11	0,06	0,29	0,09
1996	0,08	0,07	0,09	0,13	0,22	0,08
1997	0,20	0,12	0,14	0,10	0,30	0,13
1998	0,19	0,11	0,13	0,13	0,28	0,12
1999	0,19	0,13	0,15	0,13	0,25	0,14
2000	0,22	0,16	0,17	0,21	0,28	0,17
2001	0,22	0,15	0,18	0,22	0,31	0,17
2002	0,21	0,16	0,19	0,22	0,34	0,18
2003	0,21	0,16	0,18	0,25	0,32	0,18
2004	0,21	0,15	0,18	0,19	0,33	0,17
2005	0,21	0,15	0,17	0,21	0,34	0,17
2006	0,22	0,17	0,18	0,18	0,36	0,18
2007	0,24	0,21	0,20	0,18	0,38	0,21
2008	0,19	0,12	0,14	0,18	0,28	0,14
2009	0,18	0,12	0,14	0,17	0,26	0,13
2010	0,18	0,13	0,14	0,16	0,29	0,14

Fonte: SISBACEN – Elaboração própria

Ainda com base na tabela 16, dentre todas as regiões a que apresenta os menores índices de PLP, como esperado, é a região Sudeste. No cotejo entre as regiões nos primeiros anos da década de 2000 ocorrem pequenas variações dos índices de PLP, entretanto, a partir de 2007, os índices caem consideravelmente o que pode estar diretamente relacionado ao ritmo de crescimento econômico obtido pelo país nos últimos anos, bem como a recente crise econômica global. Todavia, as regiões menos desenvolvidas mantiveram níveis de PLP bem acima dos observados para mais prósperas.

Em relação à PLB verifica-se que o índice aumentou no período analisado. Entre 1994 e 2010, a cautela dos bancos na concessão de empréstimos foi bem maior na região Norte-Nordeste, conforme os índices na tabela 17. Isto se deve basicamente a incerteza quanto ao futuro das economias destas regiões, do ponto de vista macroeconômico, ao fim dos ganhos inflacionários (*floating* bancário) e a intensificação do processo de concentração bancária pelo qual passou a economia entre a última década do século anterior e a primeira deste. O acentuado diferencial nos índices de PLB dos bancos nas regiões Nordeste e Sudeste do país não só ratificam a hipótese dos pós-keynesianos como também contribui para explicar porque a concentração bancária é nociva em países com pronunciadas disparidades regionais por levar a maior transferência de depósitos das regiões menos desenvolvidas às mais prósperas.

Tabela 17: Preferência pela liquidez dos bancos (PLB) nas regiões brasileiras

Ano	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Norte	Brasil
1994	0,13	0,09	0,10	0,09	0,35	0,10
1995	0,09	0,08	0,07	0,06	0,29	0,08
1996	0,10	0,06	0,06	0,10	0,07	0,06
1997	0,11	0,12	0,12	0,09	0,23	0,12
1998	0,16	0,1	0,11	0,08	0,23	0,11
1999	0,17	0,12	0,14	0,09	0,31	0,13
2000	0,21	0,13	0,16	0,12	0,37	0,14
2001	0,34	0,12	0,20	0,17	0,52	0,15
2002	0,36	0,15	0,24	0,23	0,63	0,19
2003	0,32	0,15	0,21	0,26	0,48	0,18
2004	0,32	0,16	0,20	0,20	0,47	0,18
2005	0,32	0,15	0,19	0,24	0,45	0,18
2006	0,33	0,16	0,19	0,21	0,43	0,18
2007	0,34	0,17	0,21	0,21	0,47	0,19
2008	0,27	0,1	0,14	0,16	0,35	0,12
2009	0,24	0,11	0,13	0,14	0,31	0,11
2010	0,21	0,11	0,14	0,10	0,31	0,12

Fonte: SISBACEN – Elaboração própria

Como já assinalado, o Norte e o Nordeste foram as regiões com maiores índices de PLB. A liquidação dos bancos estaduais, tais como o PRODUBAN, o Excel e o Econômico, e a migração de agências bancárias destas localidades para as demais regiões corroboraram para este resultado. No caso do Nordeste, o índice de PLB quase dobrou no período de 1994 a 2009 passando, respectivamente, de 0,13 para 0,24 em 2008.

A importância dos bancos federais, regionais ou estaduais pode ser melhor visualizada quando se analisa de forma separada a preferência por liquidez dos bancos públicos e privados nas regiões, conforme dados mostrados na tabela 18.

Tabela 18: Preferência por liquidez dos bancos públicos e privados por região*.

Ano	PLB Bancos Privado					PLB Bancos Público				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
2001	0,42	0,31	0,19	0,22	0,20	0,55	0,50	0,31	0,42	0,27
2002	0,63	0,35	0,26	0,29	0,23	0,61	0,54	0,34	0,40	0,29
2003	0,49	0,32	0,24	0,24	0,21	0,44	0,44	0,30	0,44	0,23
2004	0,44	0,34	0,26	0,23	0,20	0,38	0,45	0,32	0,30	0,23
2005	0,33	0,30	0,24	0,18	0,15	0,43	0,46	0,30	0,41	0,21

2006	0,34	0,32	0,24	0,19	0,17	0,40	0,43	0,27	0,33	0,20
2007	0,35	0,30	0,28	0,20	0,20	0,41	0,44	0,29	0,30	0,23
2008	0,28	0,24	0,18	0,16	0,14	0,30	0,33	0,18	0,28	0,19
2009	0,35	0,33	0,19	0,20	0,17	0,23	0,28	0,16	0,21	0,17
2010	0,30	0,27	0,17	0,17	0,13	0,23	0,24	0,16	0,13	0,16

Fonte: Elaboração Própria

* Participação em relação aos 10 maiores bancos atuantes no país, dados (calculado dos índices) disponíveis apenas a partir de 2001.

Como era de se esperar, a preferência por liquidez é menor nas regiões mais dinâmicas economicamente, não importando se os bancos são de caráter público ou privado. É interessante observar que, no geral, existe uma maior preferência por liquidez dos bancos públicos em relação aos privados no período de 2001 a 2007. Entretanto, como observado em tabelas anteriores, os bancos públicos concedem um maior volume de empréstimos nas regiões periféricas frente aos bancos privados. Neste sentido, mesmo com preferência por liquidez mais elevadas nas regiões periféricas, os bancos públicos atuam buscando ofertar os recursos necessários para o financiamento dos empreendimentos esses territórios, orientados por uma estratégia de desenvolvimento econômico para as regiões menos desenvolvidas.

Por outro lado, os bancos privados estão mais preocupados em maximizar seus rendimentos com menores riscos, podendo alocar seus recursos em posições que não necessariamente seja empréstimos, conforme argumentado por Stiglitz & Greenwald (1987) *apud* Jacob (2003).

“(...) banks are, in many respects, like other firms; and the same arguments which suggest that managerial firms will act in a risk averse manner suggest that, in face of increased uncertainty, banks will respond adjusting their portfolio” (p. 17).

Por fim, é conveniente observar a grande redução da preferência por liquidez ocorrida no período 2008-2010. Este fenômeno é atribuído a crise econômica global deflagrada neste intervalo de tempo. Para atenuar os efeitos nocivos da crise, o governo brasileiro lança programas de ampliação de crédito, via redução na taxa redescontos e dos depósitos compulsórios, para estimular a economia doméstica. Contudo, é possível notar uma diferença na redução das preferências por liquidez entre os bancos privados e públicos. Nos bancos privados essa queda é pequena, sendo que em algumas regiões o índice de PLB se mantém muito próximo do período anterior à crise. Isto pode significar que os bancos privados preferiram alocar os recursos extras em fontes mais seguras de renda do que os empréstimos.

Já nos bancos públicos, a queda da PLB é mais significativa. Outro fator importante a ser destacado é que no final deste período, 2010, a PLB dos bancos públicos passa a ser menor do que a dos bancos privados em quase todas as regiões brasileiras, com exceção do sul do país.

A partir dos dados do Banco Central do Brasil, é possível obter evidências de que a concentração bancária favorece o “vazamento de depósitos” das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas como pode ser observado na tabela 19, a seguir, que sintetiza a relação entre crédito e depósito em todas as regiões brasileiras.

De acordo com os dados, para o período de 1994 a 2010, a região Sudeste é a maior receptora das transferências de depósitos, principalmente das regiões Norte e Nordeste, as quais, ao longo de quase toda a série, apresentaram tendências de vazamento de depósitos.

Tabela 19: Índices de Vazamento de Depósito 1994-2010

	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte
1994	0,0221	-0,0656	0,0199	0,0226	0,0010
1995	0,0366	-0,0550	0,0365	-0,0157	-0,0023
1996	-0,0526	0,0152	0,0127	0,0034	0,0212
1997	0,0492	-0,0622	0,0117	-0,0012	0,0025
1998	0,0060	-0,0491	0,0056	0,0361	0,0013
1999	0,0013	-0,0182	-0,0088	0,0315	-0,0058
2000	-0,0125	0,0000	-0,0181	0,0399	-0,0093
2001	-0,0414	0,0637	-0,0254	0,0135	-0,0104
2002	-0,0376	0,0709	-0,0265	0,0018	-0,0087
2003	-0,0312	0,0526	-0,0150	0,0001	-0,0064
2004	-0,0256	0,0273	-0,0024	0,0049	-0,0043
2005	-0,0265	0,0413	-0,0076	-0,0037	-0,0035
2006	-0,0275	0,0553	-0,0106	-0,0142	-0,0030
2007	-0,0352	0,0861	-0,0249	-0,0201	-0,0059
2008	-0,0365	0,0586	-0,0153	-0,0004	-0,0064
2009	-0,0241	0,0209	-0,0132	0,0194	-0,0027
2010	-0,0238	0,0100	-0,0144	0,0318	-0,0036

Fonte: SISBACEN - Elaboração própria.

Alguns aspectos merecem destaque: a) ao longo de quase toda a série em análise a economia nordestina se apresenta como exportadora líquida de depósitos – supõe-se que tal comportamento, em grande medida, se explica pelo caráter pouco diversificado de sua

estrutura produtiva caracterizando-a como importadora líquida de bens e serviços, não obstante a inexistência de base empírica para sustentar essa hipótese; b) de 1999 a 2009 ocorre explícito aumento nos fluxos de vazamento de depósitos especialmente nas Regiões Sul, Norte e Nordeste. Tal fato decorre da consolidação da concentração bancária no país, o que leva aos bancos a ampliar sua atuação em mercados mais seguros; e c) a partir de 2000, a região Sudeste apresenta índices positivos de vazamento (ganhos), enquanto as demais regiões ampliam seus vazamentos. Assim sendo, o Sudeste suga os depósitos vazados das demais regiões podendo transformar estes em novos créditos, o que dinamiza o ambiente econômico local.

Nos casos das regiões Sul e Centro-Oeste, observam-se oscilações nos vazamentos apresentados ao longo dos anos em análise. Ambas tem períodos de importadoras líquidas de depósitos em função do maior dinamismo socioeconômico dessas regiões em relação ao Norte e Nordeste brasileiro. Todavia, a partir de 1999 no Sul e em anos intercalados no Centro-Oeste, as posições de importador líquido são invertidas e essas regiões transformam-se em exportadoras líquidas de depósitos para o Sudeste.

No Centro-Oeste, observam-se oscilações na condição de importador/exportador de depósitos ao longo da série, sendo que nos dois últimos anos a região foi uma receptora de recursos bancários das demais regiões.

Estes dados, de uma maneira geral, demonstram que sistemas bancários concentrados, ao reduzir a possibilidade de gerar crédito em locais menos desenvolvidos, congelam e em alguns casos acentuam quadros de desigualdades financeiras entre regiões desiguais do ponto de vista de suas participações na produção da riqueza nacionais. Estes desequilíbrios dificilmente serão corrigidos somente pela participação do mercado.

A tabela 20, a seguir, mostra o volume de depósitos transferidos pelo Nordeste para as demais regiões brasileiras, com maior peso para o Sudeste. Os valores em negativo representam ganhos de transferência, ou seja, importação líquida de depósitos, por sua vez os valores em positivo representam as exportações de depósitos, ou seja, os vazamentos.

Tabela 20: Fluxos de vazamento de depósitos do Nordeste brasileiro (em R\$ milhões)

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Vazamento	-6324,9	-11085	-1786,4	-4990,1	-4083,2	-2792,7
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Vazamento	1646,39	11351	15800,4	14098,7	15137,9	18344,1
Ano	2006	2007	2008	2009	2010	
Vazamento	18743	22154,8	26862,9	24179,5	16529,3	-

Fonte: Bacen - Elaboração Própria

Destarte, pode-se verificar que a região nordestina, após o processo de consolidação bancária, foi perdendo a capacidade de atrair depósitos para seu sistema passando, a partir de 2000, a exportar esses recursos. A exportação de bilhões de Reais em depósitos de uma região atrasada economicamente pode comprometer, e muito, seu desenvolvimento ao reduzir a capacidade dos bancos de gerar endogenamente o crédito necessário ao crescimento econômico do território. A partir de uma relação entre os dados obtidos nas tabelas 19 e 20, é possível concluir que os créditos vazados do Nordeste fluem para as regiões mais desenvolvidas do país, neste caso, o Sudeste brasileiro.

5.2 Determinantes do Vazamento de Depósitos no Nordeste: Análise dos Resultados

A matriz de correlação apresentada na tabela 21 confirma a hipótese de que o vazamento de depósito é fortemente correlacionado com a PLB e não apresenta significância com a PLP. É importante notar que o período no qual tem início os vazamentos no nordeste brasileiro é o mesmo em que as preferências por liquidez dos bancos aumentam de forma significativa.

Tabela 21: Matriz de Correlação entre Vazamento de depósitos, PLB e PLP para o Nordeste brasileiro, 1994-2010

	<i>Vazamento</i>	<i>PLB</i>	<i>PLP</i>
Vazamento	1		
PLB	0,818372	1	
PLP	0,279537	0,556989	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

É possível observar, ainda, uma forte correlação entre o vazamento e a preferência por liquidez dos bancos. Neste sentido, quanto maior for o nível de incerteza das instituições bancárias acerca da dinâmica econômica local, maior será o vazamento de depósitos das

regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas. Ademais, pode-se notar que na correlação da tabela 21 não existe um *link* significativo entre o vazamento e a preferência por liquidez do público, reforçando o que já foi expresso acerca dessa relação no tópico de metodologia.

Entretanto, a seguir será analisada a influência dessas preferências por liquidez por meio de uma regressão com dados em painel.

Os dados combinados em painel foram estruturados de forma a captar a variação dos itens explicativos nas unidades federativas nordestinas no período de 2001 a 2010, onde o vazamento de depósitos é mais evidente para esta região. Neste caso foram rodados dois modelos: o primeiro de efeitos fixos e o segundo para efeitos aleatórios. Para verificar qual dos modelos será considerado na análise foi rodado o teste de Hausman.

Tabela 22 - Resultados obtidos para dados empilhados, painel com efeitos aleatórios e com efeitos fixos no período de 2001 a 2010.

Variável dependente = Vazamento de Depósitos (lnVAZ)

Variáveis independentes	Efeito Aleatório	Efeito Fixo
lnPLB	1,30 (0,000)*	2,07 (0,000)*
lnAG	1,92 (0,000)*	5,22 (0,000)*
Constante	11,90 (0,000)*	-5,19 (0,314)
Observações	90	90
R2	0,63	0,62
Valor F		17,84 (0,000)
Hausman	13,42 (0,001)*	

* Significativo a 1%.

Fonte: Elaboração Própria utilizando o *software* Stata 9.1

De acordo com o teste de Hausman, o melhor modelo a ser utilizado é de efeitos fixos. Este modelo tem a vantagem de captar as diferenças territoriais presentes em cada estado, por

colocar uma variável *dummy* para cada unidade federativa nordestina, tornando-o uma importante ferramenta de análise. Dessa forma os resultados do modelo de efeitos fixos para esta região mostraram que os dados se ajustaram ao modelo, à medida que a maioria dos coeficientes estimados é estatisticamente significativa, conforme demonstra a tabela acima. Além disso, independente dos valores dos coeficientes encontrados, o importante para o que se quer mostrar nesta dissertação é observar a relação existente entre as variáveis.

A variável PLB apresenta o sinal em conformidade com a agenda de pesquisa pós-keynesiana, possuindo uma relação direta com a variável explicada - em outras palavras - uma elevação da PLB provoca uma ampliação do vazamento de depósitos. Tal fato era esperado, principalmente para uma região atrasada socioeconomicamente. Neste caso, uma ampliação de 1 ponto percentual nesta variável aumenta em 2,07% o vazamento de depósitos, denotando aversão dos bancos a concederem empréstimos na região, na medida em que maiores níveis de risco e incerteza os induzem a transferir parte do depósito captado localmente para as regiões mais desenvolvidas.

A variável lnAG apresentou valor positivo, o que, dentro da ambiguidade de sinais que esta variável poderia demonstrar, condiz com o esperado. Neste contexto, a criação de agência desempenha como função mais importante a de captar depósitos junto ao público do que a de conceder crédito para desenvolver estas regiões. Desta maneira, uma variação percentual de uma unidade na quantidade de agências bancárias, elevaria o fluxo de vazamento de depósitos em 5,22%. Destarte, uma maior quantidade de agências bancárias, em uma região pouco desenvolvida, fortalece o fenômeno do vazamento de depósitos.

Por fim, vale ressaltar que o modelo de efeito fixo teve um grau satisfatório de explicação - R^2 de 62% para a regressão exposta, o que comprova a influência da concentração espacial de agências e preferência por liquidez dos bancos no processo de vazamento de depósitos. Em suma, os resultados corroboram a teoria apresentada (vazamento de depósitos) e analisada ao longo da dissertação, nos moldes dos estudos pós-keynesianos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como propósito explicar porquê a concentração do sistema bancário no país favorece o vazamento de depósitos e a desigualdade financeira em nível regional, tomando como estudo de caso a região Nordeste e tendo como referencial teórico a abordagem pós-keynesiana de economia regional. Tais efeitos são decorrentes do processo de concentração bancária ocorrido no país a partir de meados da década de 1990, processo este intensificados com o surgimento do Plano Real, em que foram extintos/fundidos/adquiridos, aproximadamente, 35% das instituições bancárias existentes no período de 1994 e 2010. A hipótese validada, a partir da metodologia desenvolvida pela agenda de pesquisa pós-keynesiana, foi a de que o aumento da preferência pela liquidez dos bancos em localidades periféricas, como à região Nordeste, favorece estratégias de transferência de depósitos que, em sistemas bancários concentrados, se traduzem em maior oferta de crédito nas regiões desenvolvidas como o Sudeste, o que explica o vazamento de depósitos.

No que tange ao referencial teórico, especificamente a abordagem pós-keynesiana, foi discutida a importância da moeda em uma economia monetária da produção, na qual a preferência por liquidez dos agentes econômicos – bancos e público, afeta o setor real da economia tanto no curto como no longo prazo. Em regiões menos desenvolvidas a hipótese testada é a de que, diferentemente das regiões desenvolvidas, a preferência pela liquidez tende a ser mais elevado, o que reduz a vontade dos bancos em conceder empréstimo, bem como diminui o desejo do público de fazer aplicações em ativos de menor liquidez (os quais comumente proporcionam maiores retornos econômicos).

Aliada a questão da concentração bancária, a maior incerteza econômica que se traduz em maior preferência por liquidez dos agentes econômicos representa uma combinação perversa de fatores cuja resultante em territórios menos desenvolvidos é o fenômeno do vazamento de depósitos bancários. Tal fenômeno é um dos fatores que compromete o ritmo de crescimento das localidades periféricas, na medida em que ao transferir seus depósitos para outra região, a capacidade de gerar o crédito necessário ao seu desenvolvimento é dificultada e, conseqüentemente, a criação de novos empreendimentos, emprego e renda.

O Nordeste brasileiro se encaixa no perfil supracitado. A região nordestina é caracterizada por ser detentora da quase totalidade dos mais baixos índices socioeconômicos do país. O PIB nordestino representava, em 2008, 13,11% do nacional, valor este apenas 1

ponto percentual acima do registrado em 1960. Já o PIB per capita da região é o menor entre seus pares, sendo este de quase um terço do valor registrado para o Sudeste brasileiro. Ademais, além de possuir o menor PIB per capita possui a maior desigualdade na distribuição da renda tendo o maior índice de Gini no tocante as cinco regiões brasileiras.

O território nordestino abriga, aproximadamente, 28% da população brasileira. O que torna a região um mercado doméstico promissor. É a região que concentra mais da metade do total de pessoas pobres existentes em todo território nacional. Além disso, em 2010, mais de 20% de sua população era constituída de pessoas analfabetas, este percentual é quase o dobro do Norte e aproximadamente o quádruplo das regiões Sul e Sudeste brasileiros.

Os dados levantados acerca da concentração bancária brasileira apontam que o Nordeste, no ano de 2010, respondia por 14% do total de agências bancárias existentes no país, sendo que mais de 50% das cidades nordestinas não possuíam uma agência bancária em seu território, ou seja, mais do que o dobro de municípios desassistidos de agências quando comparado ao Sul e Sudeste brasileiro. A região, em 2010, recebeu 7% do volume total de crédito ofertado nacionalmente. Ademais, a maior evolução dos empréstimos concedidos na região se deu no âmbito das pessoas físicas, as quais, comumente, usam o crédito para consumo e não para geração de novos empreendimentos.

Quando analisado os dez maiores bancos atuantes no Brasil, desmembrados em bancos públicos e privados, verifica-se a maior dependência do nordeste em relação às instituições governamentais. Tais bancos concederam, em 2010, mais de 68% dos empréstimos realizados na região, enquanto na região mais dinâmica do país este percentual foi de 41%. Tal fato denota uma clara diferenciação de estratégias por parte dos bancos privados e públicos, com os primeiros focados na maximização dos lucros enquanto estes últimos no desenvolvimento regional.

A diferença de preferência por liquidez dos bancos é um outro fator que aponta para a desigualdade existentes entre as regiões. Na PLB nordestina é quase o dobro da encontrada no Sudeste, enquanto a preferência por liquidez dos públicos é maior em mais de 50%.

Os testes realizados na dissertação apontaram, ainda, que a região nordestina vem no período de 2001 a 2010, apresentando constante vazamento de depósitos para as regiões mais dinâmicas do país. Esta exportação de recursos fora constatada por meio dos resultados da regressão em dados em painel tendo a variável vazamento de depósitos, calculada com

metodologia desenvolvida pelo ETENE, como dependente. A variável lnVAZ apresentou uma forte correlação e afinidade com a preferência por liquidez dos bancos. Conforme lnPLB se eleva no Nordeste o vazamento se torna mais forte. Tal conclusão reforça a hipótese pós-keynesiana de transferência de depósitos da região menos desenvolvida para as mais desenvolvidas, no caso brasileiro o Sudeste.

Outra variável que ratifica o fenômeno do vazamento é a quantidade de agências bancárias (lnAG). O aumento da quantidade de agências no nordeste brasileiro não representa fator fundamental para a expansão do crédito, mas sim para captação de mais depósitos. Neste contexto, aliando as novas agências com a elevada PLB dos bancos, tem-se que os novos depósitos gerados são transferidos para as localidades mais dinâmicas.

No contexto apresentado pela dissertação, concluí-se que o processo de consolidação do setor bancário no Brasil tem gerado efeitos negativos em nível regional em função do vazamento de parte dos depósitos efetuados no Nordeste para o Sudeste, por meio de transferências intra-bancos. Os bancos públicos tem tido um papel fundamental como principal fornecedor de crédito para as regiões menos desenvolvidas, apesar da elevada preferências por liquidez típica destas regiões. Deste modo, fica evidenciada a grande importância dos bancos estatais para evitar que a desigualdade financeira entre as regiões se aprofunde e consolide a já acentuada assimetria econômico e social existentes entre as regiões brasileiras.

Em suma, se faz imperiosa a necessidade de políticas públicas que possam reverter esta situação de desigualdade financeira regional e, por consequência, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico das regiões periféricas. A criação de Agências de Fomento, Bancos Estaduais/Regionais e Cooperativas de Crédito Locais, os quais busquem fomentar o crédito dentro da sua unidade federativa ou região, podem contribuir alavancar os empréstimos nos territórios menos desenvolvidos, bem como reduzir o fenômeno do vazamento de depósitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. **Bancos e concentração de crédito no Brasil: 1995-2004**. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado, CEDEPLAR/UFMG, 2007.

ALMEIDA, J. E. & ARAÚJO, J. B.. **Um modelo exaurido: a experiência da Sudene**. Teoria e Evidência Econômica, Universidade de Passo Fundo, v. 12, n. 23, p. 97-127, 2004.

AMADO, Adriana M. **A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana**. In: Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 24., Águas de Lindóia, São Paulo, 1996.

_____. **Impactos regionais do recente processo de concentração bancária no Brasil**. Anais do II Encontro Nacional de Economia Política, 1998

_____. **Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana**. Revista de Economia Política, vol. 18, n. 1 (69), janeiro-março, 1998.

_____. **Minsky e o ciclo econômico: uma análise para as economias periféricas**. Anais do VIII Encontro de Economia Política, Florianópolis, 17 a 20 de junho, 2003.

_____. **Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990**. In: Marco Crocco; Frederico G. Jayme Jr.. (Org.). Moeda e Território: Uma Interpretação da Dinâmica Regional Brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ANDRADE, Manoel C. **O nordeste e a questão regional**. São Paulo, Ática, 1988.

_____. **A terra e o homem no nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. São Paulo. Ed. Cortez, 2005.

ARAÚJO, Tânia. B. **Nordeste, nordestes: que nordeste**. In: Rui Affonso; Pedro Luiz Barros. (Org.). Federalismo no Brasil Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP, 1995.

ARAÚJO, Tânia B. & SANTOS, Valdeci. **Desigualdades regionais e nordeste em formação econômica do Brasil**. In Araújo, Tarcísio; Vianna, Salvador & Macambira, Júnior.. (Org.). 50 anos de Formação Econômica do Brasil - Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro, IPEA, 2009.

BALTAGI, Badi H. **Econometric analysis of panel data**. England: John Wiley & Sons, Thild edition, 2005

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema financeiro nacional: composição e evolução do SFN**, relatório de evolução do SFN. 2006. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?REVSFN200612> >, Acesso em: 02/10/2010.

_____. **Informações cadastrais e contábeis**. In: Sistema Financeiro Nacional. Brasília: www.bancocentral.gov.br, acessado no dia 03/10/2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O sistema financeiro nacional e o Plano Real.** disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r199812/texto.asp?idpai=revsfn199812> > Acesso em 16 de janeiro de 2011.

BARBACHAN, José & FONSECA, Marcelo. **Concentração bancária brasileira:** Uma análise microeconômica. Financelab Working Paper, IBMEC, São Paulo, 2004.

BASTOS, Suzana. Q. A. & ARAUJO, Rodolfo Fernandes . **Concentração do sistema bancário em Minas Gerais:** Uma análise para as microrregiões no período 2004 a 2006. In: VIII ENABER, 2010, Juiz de Fora.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** Texto para discussão nº 159. Cedeplar/UFMG, 2001.

CARVALHO, Fernando Cardim de. **Investimento, poupança e financiamento do desenvolvimento.** In: R. Sobreira; M.A. Rudiger. (Org.). Desenvolvimento e Construção Nacional: Política Econômica. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CARVALHO, Cícero Péricles. **Nordeste:** sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). In. XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008, Salvador, Bahia.

CAVALCANTE, Luiz. R. M. T. **Sistema financeiro no Brasil:** aspectos regionais In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória, Espírito Santo. Anais, 2006.

CAVALCANTI, Anderson ; CROCCO, Marco ; JAYME JR, F. G.. **Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional.** In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Uberlândia.

CHICK, Victoria. **A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros.** Ensaios FEE, Porto Alegre, 1994.

CHICK, Victoria. **Bancos e regiões:** Algumas Lições da Experiência Européia. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, F. G. Moeda e território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CORAZZA, Gentil. **Crise e reestruturação bancária no Brasil.** Texto para discussão, Porto Alegre, UFRGS – Departamento de Economia, 2000.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. **Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico:** um estudo dos anos 1980 e 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, F. G. Moeda e território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CROCCO, M. A. **Financiamento do desenvolvimento regional no Brasil:** Diagnósticos e Propostas, In: Sicsú, J.; Paula, L. F. (orgs), Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços, Rio de Janeiro: Editora Manole, 2003.

CROCCO, Marco. et. al. **Desenvolvimento econômico, preferência pela liquidez e acesso bancário:** um estudo de caso. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

CROCCO, Marco. et al. **Polarização regional e sistema financeiro**. Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.240.

CUNHA, J. M. P. **A migração no Brasil no começo do século XXI**: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Brasília: Cepal/BID, 2007. Disponível em: <<http://www.ceclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/MPinto.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2011.

DOW, Sheila. C. **The regional composition of the bank multiplier process**. In: DOW, S. C. (ed.), Money and the Economic Process. Aldershot: Eglar. 1982

_____. **The treatment of money in regional economics**. In: DOW, S. C. (ed.), Money and the Economic Process. Aldershot: Eglar. 1987

DOW, Sheila & FUENTES, Carlos. **Um survey da literatura de finanças regionais**. Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUQUE, José G. **Perspectivas nordestinas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

ETENE. **A intermediação Financeira e a Transferência de Recursos entre as Regiões**. Banco do Nordeste do Brasil, ano 4, nº 11, 2010

FERREIRA JUNIOR, R. R. & SORGATO, L. A. A. . **Vazamento de crédito no nordeste e uma proposta de sistema de financiamento local**: o caso de Alagoas. Economia Política do Desenvolvimento, v. 1, p. 33/2-63, 2008.

FERREIRA, C.; FARINA, E. **Concorrência e performance do setor bancário em um mercado heterogêneo**. Economia Revista da ANPEC, v. 6, n. 3,. p. 157- 189, Dez 2005

FIGUEIREDO, Ana. T. L. **O papel da moeda nas teorias do desenvolvimento desigual**: Uma Abordagem Pós-Keynesiana. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

FIGUEIREDO, Ana. T. L. & CROCCO. Marco. A. **The role of money in the locational theory**: A Post-Keynesian Approach. Revista de Estudos Regionais e Urbanos (ABER), 2007.

FREITAS, A. P. G. & PAULA, L. F. R.. **Concentração regional do crédito e consolidação bancária no Brasil**: uma análise pós-Real. Economia (Brasília), v. 11, p. 97-213, 2010

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. São Paulo, Paz e Terra, 1989

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões**. Brasília: Editora Ipea, 2001.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Ed. Massangana, 1989.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. Rio de Janeiro: Campus, 2006

IBGE. **Indicadores – Contas Regionais**. Disponível em: <

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/default.shtm> >, Acesso em 12 de março de 2011.

IPEADATA. **Contas nacionais**. Disponível em: <

http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1237846175&Tick=1235671196970&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%28127%29&Mod=R > . Acesso 12 de março de 2011.

JACOB, C. A. **Crédito bancário no Brasil: uma interpretação heterodoxa**. Campinas, São Paulo. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2003.

KEYNES, John M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 2009.

KING, R. & LEVINE, R. **Finance and growth: Schumpeter Might be Right**. The Quarterly Journal of Economics, 1993.

LEVINE, Ross. **Financial development and economic growth: views and agenda**. Journal of Economic Literature, 1997.

LIMA, Marcos & RESENDE, Marcelo. **Banking and regional inequality in Brazil: an empirical note**. Brazilian Journal of political Economy, vol. 28, nº 4 (112), pp. 669-677, October-December/2008

MENEZES-FILHO, N. A. **A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**. Instituto Futuro Brasil, 2001

MENEZES-FILHO, N. A.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. **Rising human capital but constant inequality: the Education Composition Effect in Brazil**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.60, n.4, p.407-424, out-dez., 2006.

MENEZES, M., CROCCO, M., SANCHES, E., & AMADO, A. **Sistema financeiro e desenvolvimento regional: Notas exploratórias**. In Paula, L. F. & Oreiro, J. L., editors, Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro. Elsevier-Campus, Rio de Janeiro, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Dados do Programa Bolsa Família – 2009**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br> Acesso em: 15 de outubro de 2010.

MOLLO, MLR. **Moeda, taxa de juros e preferência pela liquidez em Marx e Keynes**. In: Lima, GT, Sicsu, J (Org.), *Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o Keynesianismos*, São Paulo: Manole, p.451-98, 2003.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. London, 1957.

OLIVEIRA, Clonilo M e VIANNA, Pedro J. **Desenvolvimento regional: 50 anos de BNB**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

OREIRO, José L. **Economia pós-keynesiana: Origem, Programa de Pesquisa, Questões Resolvidas e Desenvolvimentos Futuros.** XXXVI Encontro Nacional de Economia – ANPEC, Salvador, 2008.

PAULA, L. F. R & ALVES JR., A. J. **Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano.** Análise Econômica, Porto Alegre, v. 21, n. 29, p. 137-162, 2003.

PAULA, L. F. R & MARQUES, Maria B.L. **Tendências recentes da consolidação bancária no mundo e no Brasil.** In: Encontro Nacional de Economia Política, 9, junho, 2004.

PAULA, T. P. et. al. **Um modelo de diferenciação das taxas de juros de crescimento regionais a partir de variáveis financeiras.** In: Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 34., Salvador, Bahia, 2006.

REIS, J. & BARROS, R. **Desigualdade salarial e distribuição de educação: A Evolução das Diferenças Regionais no Brasil.** Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 1990.

REIS, J. & BARROS, R. **Wage inequality and distribution of education.** Journal of Development Economics, v.36, n.1, 1991.

ROCHA, Fernando. A. S. **Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000).** Notas Técnicas do Banco Central do Brasil nº 11, novembro de 2001.

ROMERO, João Prates e JAYME JR, F. G. **Crédito, preferência pela liquidez e desenvolvimento regional: o papel dos bancos públicos e privados no sistema financeiro brasileiro (2001 2006).** In: Encontro Nacional de Economia Política - XIV ENEP, 2009.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo, Abril Cultural, 1982.

SICSÚ, João & CROCCO, M.. **Em busca de uma teoria de localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro.** In: MARCO CROCCO; FREDERICO JAYME Jr.. (Org.). Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SISBACEN – Banco Central do Brasil. Disponível em: url: <http://www.bcb.org.br>

SORGATO, Lucas & FERREIRA JUNIOR, Reynaldo. **Concentração bancária e desigualdade regional: O caso do Nordeste Brasileiro.** In: XV Encontro Regional de Economia, 2010. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia, 2010.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria – Uma Abordagem Moderna.** Ed. Thomsom, 2006.

ANEXO

Instituições que sofreram ajustes após o Plano Real, 1994 a 2004.

INSTITUIÇÃO AJUSTADA	ANO DA OCORRÊNCIA	OCORRÊNCIA
BCO ADOLPHO OLIVEIRA & ASSOCIADOS S.A.	1994	LIQUIDAÇÃO
BCO ATLANTIS S.A.	1994	LIQUIDAÇÃO
BCO BANCORP S.A.	1994	LIQUIDAÇÃO
BCO GARAVELO S.A.	1994	LIQUIDAÇÃO
BCO HERCULES S.A.	1994	LIQUIDAÇÃO
BCO SELLER S.A.	1994	LIQUIDAÇÃO
BRASBANCO S.A. BANCO COMERCIAL S.A.	1994	LIQUIDAÇÃO
BCO AGRIMISA S.A.	1995	LIQUIDAÇÃO
BCO COMERCIAL BANCESA S.A.	1995	LIQUIDAÇÃO
BCO DIGIBANCO S.A.	1995	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO GNPP S.A.	1995	LIQUIDAÇÃO
BCO HOLANDES UNIDO S.A.	1995	INCORPORAÇÃO
BCO INTERPACIFICO S.A.	1995	INCORPORAÇÃO
BCO INVESTCORP S.A.	1995	LIQUIDAÇÃO
BCO INVESTOR S.A.	1995	TRANSFORM. EM BI
BCO OPEN S.A.	1995	LIQUIDAÇÃO
BCO ROSA S.A.	1995	LIQUIDAÇÃO
BCO SÃO JORGE S.A.	1995	LIQUIDAÇÃO
BFC BANCO S.A.	1995	LIQUIDAÇÃO
BIG-B. IRMÃOS GUIMARÃES S.A.	1995	LIQUIDAÇÃO
BCO BANORTE S.A.	1996	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO COMERCIAL DE SÃO PAULO S.A.	1996	LIQUIDAÇÃO
BCO CREDIPLAN S.A.	1996	INCORPORAÇÃO
BCO DE FINANCAM.INTERNACIONAL-BFI S.A.	1996	LIQUIDAÇÃO
BCO DE TOKYO S.A.	1996	INCORPORAÇÃO
BCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	1996	LIQUIDAÇÃO
BCO DRACMA S.A.	1996	LIQUIDAÇÃO
BCO ECONÔMICO S.A.	1996	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A.	1996	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO GRANDE RIO S.A.	1996	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO INTERUNION S.A.	1996	LIQUIDAÇÃO

BCO MARTINELLI S.A.	1996	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO MERCANTIL S.A.	1996	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO MISASI S.A.	1996	TRANSFORM. EM BI
BCO NACIONALS.A.	1996	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO OK S.A.	1996	TRANSFORM. EM BI
BCO PERFORMANCE S.A.	1996	TRANSFORM. EM BI
BCO PRIME S.A.	1996	TRANSFORM. EM BI
BCO TOTAL S.A.	1996	TRANSFORM. EM DTVM
BCO UNITED S.A.	1996	INCORPORAÇÃO
BCO UNIVERSAL S.A.	1996	LIQUIDAÇÃO
BCO VARIG S.A.	1996	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
BCO ABC BRASIL S.A.	1997	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A.	1997	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO BANERJ S.A.	1997	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO BANFORT-BCO DE FORTALEZA S.A.	1997	LIQUIDAÇÃO
BCO BOAVISTA S.A.	1997	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO BRASEG S.A.	1997	TRANSFORM. EM DTVM
BCO CINDAM S.A.	1997	INCORPORAÇÃO
BCO COMERCIAL PARAGUAYO S.A.	1997	LIQUIDAÇÃO
BCO CRITERIUM S.A.	1997	TRANSFORM. EM DTVM
BCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A.	1997	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DIMENSÃO S.A.	1997	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
BCO DO ESTADO DE ALAGOAS S.A.	1997	LIQUIDAÇÃO
BCO DO ESTADO DO AMAPÁ S.A.	1997	LIQUIDAÇÃO
BCO DO PROGRESSO S.A.	1997	LIQUIDAÇÃO
BCO EMPRESARIALS.A.	1997	LIQUIDAÇÃO
BCO FININVEST S.A.	1997	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO GERAL DO COMÉRCIO S.A.	1997	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO GULFINVEST S.A.	1997	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
BCO INTERFINANCE S.A.	1997	LIQUIDAÇÃO
BCO ITAMARATI S.A.	1997	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
BCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A.	1997	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO NORCHEM S.A.	1997	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
BCO PORTO SEGURO S.A.	1997	LIQUIDAÇÃO

BCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO S.A.	1997	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO ROYAL S.A.	1997	TRANSFORM. EM BI
BCO SHECK S.A.	1997	LIQUIDAÇÃO
BCO SRL S.A.	1997	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO VEGA S.A.	1997	LIQUIDAÇÃO
BCO VETOR S.A.	1997	LIQUIDAÇÃO
BCO AMÉRICA DO SUL S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO APLICAP S.A.	1998	LIQUIDAÇÃO
BCO BANCRED S.A.	1998	TRANSFORM. EM AM
BCO BANDEIRANTES S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO BBM COMERCIAL, CI,CFI S.A.	1998	INCORPORAÇÃO
BCO BMD S.A.	1998	LIQUIDAÇÃO
BCO BRASCAN S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO BRASILEIRO COMERCIAL S.A.	1998	LIQUIDAÇÃO
BCO BRASILEIRO IRAQUIANO S.A.	1998	LIQUIDAÇÃO
BCO CAMBIAL S.A.	1998	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
BCO CRÉDITO METROPOLITANO S.A.	1998	TRANSFORM. EM CFI
BCO CRÉDITO METROPOLITANO S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DIBENS S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DO EST. DE MATO GROSSO S.A.	1998	LIQUIDAÇÃO
BCO DO EST. DE RONDÔNIA S.A.	1998	LIQUIDAÇÃO
BCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO EXCEL-ECONÔMICO S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO FITAL S.A.	1998	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
BCO GARANTIA S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO GRAPHUS S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO INTERATLÂNTICO S.A.	1998	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
BCO IOCHPE S.A.	1998	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
BCO ITABANCO S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO LIBERAL S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO MARTINELLI S.A.	1998	LIQUIDAÇÃO

BCO MULTIPLIC S.A.	1998	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
BCO NOROESTE S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO ÔMEGA S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO PONTUAL S.A.	1998	LIQUIDAÇÃO
BCO SISTEMA S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
BCR BCO DE CRÉDITO REAL S.A.	1998	TRANSFER. DE CONTROLE
MILBANCO S.A.	1998	LIQUIDAÇÃO
BCO DO ESTADO DA BAHIA S.A	1999	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DO ESTADO DO CEARÁ S.A	1999	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DO ESTADO DO ACRE S.A	1999	LIQUIDAÇÃO
BCO DO ESTADO DE RORAIMA	1999	LIQUIDAÇÃO
BCO BANESPA S.A	2000	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A	2000	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	2000	LIQUIDAÇÃO
BCO DO ESTADO DE GOIÁS	2001	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DO ESTADO DA PARAÍBA	2001	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A	2002	TRANSFER. DE CONTROLE
BCO DO ESTADO DO MARANHÃO	2004	TRANSFER. DE CONTROLE

Fonte: Bacen